

Diário do Legislativo de 03/03/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado

Vice-Líder: Deputado

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio BPS Presidente
Malheiros

Deputado Ivair PMDB - PT Vice-Presidente
Nogueira -PCdoB

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado Padre PMDB - PT
João -PCdoB

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco BPS

Deputado André Quintão PMDB - PT
-PCdoB

Deputado Gilberto Abramo PRB

Deputado Fahim Sawan BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Wander Borges BPS

Deputado Delvito Alves BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília PMDB - PT Presidente
Ferramenta -PCdoB

Deputado Paulo PMDB - PT Vice-Presidente
Guedes -PCdoB

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado BPS
Wander Borges

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB - PT -PCdoB
Paraca

Deputada Maria PMDB - PT -PCdoB

Tereza Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Chico BPS Vice-Presidente
Uejo

Deputado Célio BSD
Morteira

Deputado BPS
Sebastião Costa

Deputado Padre PMDB - PT
João -PCdoB

Deputado PRB
Gilberto Abramo

Deputado Delvito BSD
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon BSD
Moreira

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PMDB - PT -PCdoB
Quintão

Deputado Antônio PMDB - PT -PCdoB
Júlio

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Gláucia Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho Araújo

Deputado PMDB - PT
Getúlio Neiva -PCdoB

Deputado Paulo PMDB - PT
Guedes -PCdoB

Deputado BSD
Marcus Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado PMDB - PT -PCdoB
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB - PT Presidente
Adalcleber Lopes -PCdoB

Deputado Délio BPS Vice-Presidente
Malheiros

Deputado BSD
Walter Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB - PT -PCdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PMDB - PT Presidente
Ângelo -PCdoB

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado PMDB - PT
Vanderlei Miranda -PCdoB

Deputado Delvito BSD
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB - PT -PCdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy DEM
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ruy DEM Presidente
Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente
Deiró Marra

Deputado BSD
Dalmo Ribeiro

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado PMDB - PT
Carlin Moura -PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB - PT -PCdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado BPS
Agostinho Patrús
Filho

Deputado Adelmo PMDB - PT
Carneiro Leão -PCdoB

Deputado Antônio PMDB - PT
Júlio -PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB - PT -PCdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB - PT -PCdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fábio BPS Presidente
Avelar

Deputado Sávio PMDB - PT Vice-Presidente
Souza Cruz -PCdoB

Deputado Luiz BSD
Humberto
Carneiro

Deputado Almir PMDB - PT
Paraca -PCdoB

Deputado Gil BSD
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB - PT -PCdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB - PT -PcdoB
Gomes

Deputado Lafayette BSD
Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB - PT Presidente
Souza Cruz -PCdoB

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo Valadares

Deputado Gil BSD
Pereira

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Tiago BPS
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB - PT -PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS

Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PMDB - Presidente
Quintão PT
-PCdoB

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

DeputadoDuarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PMDB -
Moura PT
-PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB - PT -PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB - PT -PCdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado Carlos PMDB - PT
Gomes -PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB - PT -PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB - PT -PCdoB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João BSD Presidente
Leite

Deputada Maria PMDB - PT Vice-Presidente
Tereza Lara -PCdoB

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado PDT
Tenente Lúcio

Deputado BSD
Pinduca Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB - PT -PCdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela BPS Presidente
Reis

Deputado Walter BSD Vice-Presidente
Tosta

Deputado Ivair PMDB - PT
Nogueira -PCdoB

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputada Cecília PMDB - PT
Ferramenta -PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma BPS
Diniz

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Getúlio PMDB - PT -PCdoB
Neiva

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado André PMDB - PT -PCdoB
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo Valadares

Deputado Djalma BPS Vice-Presidente
Diniz

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado PMDB - PT
Adalclever Lopes -PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB - PT -PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Alencar PDT

da Silveira Jr.

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Carlos PMDB - PT
Gomes -PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB - PT -PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto
Carneiro

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Padre PMDB - PT
João -PCdoB

Deputado Gil DEM
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB - PT -PCdoB

Deputado Durval PMDB - PT -PCdoB
Ângelo

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 24/2/2010

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB) e os Deputados Durval Ângelo e Dilzon Melo (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do Bloco PT-PMDB-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Marcelo Tadeu de Oliveira, Corregedor-Geral da Defensoria Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.907/2009; Cláudio Vilaça, Presidente da Organização Não Governamental de Apoio aos Policiais de Minas Gerais, requerendo a realização de visita da Comissão às dependências do Departamento de Investigação da Polícia Civil, nesta Capital; Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG, prestando informações sobre a apuração das denúncias contidas nas notas taquigráficas da 24ª Reunião Extraordinária da Comissão; Mário Paulo de Moura Campos Montoro, Juiz de Direito da Comarca de Lavras, encaminhando, para tomada de providências, denúncia de que o Defensor Público lotado na Comarca se recusa a cumprir com seus deveres funcionais; José Maria Goulart de Oliveira, encaminhando denúncia contra policiais militares do 9º BPM de Barbacena, para tomada de providências cabíveis; Antônio Sérgio Souto Bernardo, detento da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, pedindo ajuda para o seu processo criminal; Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia, prestando informações sobre apuração de denúncia do Sr. Geraldo Alcir Guimarães contra policiais militares; Paulo Emílio Gonçalves, Gerente Regional de Assistência Social Centro-Sul da Secretaria de Administração Regional Municipal de Belo Horizonte, convidando a Comissão para participar da reunião ampliada das Comissões Locais de Assistência Social - Clas -, em 24/2/2010; e das Sras. Mariana Siani, Juíza de Direito da Comarca de Ibitiré, encaminhando, para tomada de providências, cópia de denúncia de presidiário sobre maus-tratos na cadeia pública da cidade, perpetrados por policiais militares; Silvana Magda, encaminhando, para tomada de providências, denúncia de espancamento de jovem conhecida por Morena, internada no Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, em Barbacena, pela Agente Penitenciária Andrea Valéria Andries Pinto; Sônia Toledo Gonçalves, Procuradora Regional do Trabalho, convidando a Comissão para participar do ato público Combate ao Trabalho Escravo em Minas Gerais - Perspectivas e Desafios; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Eduardo Lery Vieira, Diretor de Relações Institucionais e Comunicação Corporativa (18/12/2009); Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte; Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG (3); Marcelo Campos Prata, Gerente Nacional de Infraestrutura e Patrimônio de Terceiros da CEF; Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia; Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Administração Prisional; Gumercindo Nunes Horta Neto, Delegado de Polícia Federal; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil; e Sérgio Henrique Cordeiro Caldas, Juiz de Direito Substituto (16/1/2010); Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; e João Wellington Pereira, Chefe de Gabinete do Ministro da Previdência Social (23/1/2010); Sílvia Corradi Sander, Diretora de Proteção dos Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social; Josué Costa Valadão, Secretário de Governo de Belo Horizonte; Cel. PM Alexandre Salles Cordeiro, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG (3); Rodrigo Filgueira de Oliveira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público do Estado; e Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG (30/1/2010); Maurício Campos Júnior, Secretário de Defesa Social (2); e Cel. PM Geraldo Henrique Guimarães da Silva, Comandante da 12ª RPM (4/2/2010); Paulo Alkmim, Ouvidor de Polícia (5/2/2010); Major PM Paulo Maurício Vieira, Subcomandante da PMMG; Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil do Estado; e Marcelo Tadeu de Oliveira, Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado (20/2/2010). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Durval Ângelo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.130, 5.270 e 5.280/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos do Deputado Durval Ângelo (5): em que solicita seja realizada visita à Cadeia Pública do Município de Formiga para apurar denúncias de prática de tortura contra detentos no local, bem como reunião de audiência pública para discutir esse tema, com os convidados que menciona; seja realizada reunião no Município de Ipanema para, em audiência pública, discutir denúncias de abuso e violência policial supostamente praticados contra cidadãos na região, com os convidados que menciona; seja encaminhado ao Delegado Cristiano Augusto Xavier Ferreira, da Delegacia de Homicídios de Santa Luzia, pedido de cópia dos autos do inquérito referente à morte do Sr. Geraldo de Moraes e de informações sobre o andamento das investigações; seja encaminhado ofício ao Ministério Público do Trabalho dando ciência de denúncia apresentada na Comissão, segundo a qual, no Processo nº 00906-2008-095-03-00-0 RO, em trâmite no TRT da 3ª Região, não haveria participação do Ministério Público, apesar de configurarem como partes menores de idade; seja encaminhado ofício ao Desembargador

Jorge Berg de Mendonça, dando ciência da denúncia apresentada na Comissão, de suposto cerceamento de defesa nesse processo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2010.

Durval Ângelo, Presidente.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/3/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 2, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.793/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.794/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 610/2007, do Deputado Weliton Prado, que estabelece diretrizes para o apoio do Estado à fruticultura no Triângulo Mineiro. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao artigo 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella; e 3.586/2009, do Deputado Ruy Muniz.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.253/2009, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.531/2009, do Deputado Fahim Sawan; 4.053/2009, do Deputado Tiago Ulisses; e 4.078/2009, do Deputado Zé Maia.

Requerimentos nºs 5.413/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; e 5.418/2010, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.070, 4.085 e 4.086/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater com convidados as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.215/2008, que aprova o Plano Estadual de Educação.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.232/2009, do Deputado Doutor Viana; 5.252/2009, do Deputado Duarte Bechir; 5.260/2009, das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Participação Popular; 5.334/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.437/2010, do Deputado Carlin Moura; e 5.444/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.889/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.672/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.913/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.939/2009, do Deputado Braulio Braz; 4.007/2009, do Deputado Carlos Gomes; 4.040 e 4.041/2009, do Deputado Wander Borges; 4.049/2009, do Deputado Antônio Júlio; 4.064/2009, do Deputado Ademir Lucas; 4.072/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.074/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 4.076 e 4.077/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.079/2009, do Deputado Chico Uejo; e 4.082/2009, do Deputado Wander Borges.

Requerimento nº 5.461/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.195/2009, do Deputado Almir Paraca.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.462/2010, do Deputado Wander Borges, e 5.469/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.438 e 5.439/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.460/2010, do Deputado Wander Borges; e 5.466, 5.467, 5.482 e 5.483/2010, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão Especial sobre a Arbitragem, a realizar-se às 15 horas do dia 3/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 3/3/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 19.437, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 14.599, de 23/1/2003; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao artigo 273 da Constituição do Estado; e 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 2.416/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido ao setor de industrialização de máquinas e equipamentos pesados para indústrias siderúrgicas, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; 3.793/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de laticínios, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e 3.794/2009, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de revestimento cerâmico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; e dos Projetos de Lei nºs 610/2007, do Deputado Weliton Prado, que estabelece diretrizes para o apoio do Estado à fruticultura no Triângulo Mineiro; 630/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre a Política Estadual de Agroindústria Familiar e dá outras providências; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado; e 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 19.574 e 19.624

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Patrús Filho, André Quintão, Carlin Moura e Marcus Pestana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2010, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

João Leite, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.586

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Chico Uejo, Domingos Sávio e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2010, às 10h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

Luiz Humberto Carneiro, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2010, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.070 e 4.083/2009, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 19.568; 19.621 e 19.625

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Alencar da Silveira Jr., Célio Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2010, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 19.568, 19.621 e 19.625, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

Fahim Sawan, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial da Minascaixa

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Agostinho Patrús Filho, Lafayette de Andrada e Zezé Perrella, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2010, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2010, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 5.465/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 5.472/2010, do Deputado Weliton Prado; e 5.480 e 5.481/2010, do Deputado Carlin Moura; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Deiró Marra, Carlin Moura e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2010, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 2.215/2008, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

Ruy Muniz, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.096/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria da Deputada Ana Maria Resende, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores e Pequenos Produtores de Mandassaia II, com sede no Município de Josenópolis.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 17/12/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem a proposição a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.096/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores e Pequenos Produtores de Mandassaia II, com sede no Município de Josenópolis.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas na referida lei, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica e funciona há mais de um ano e sua Diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que o estatuto constitutivo da instituição determina no art. 28 que as atividades dos seus Diretores e Conselheiros não serão remuneradas; e no art. 32 que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a instituição congênera, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou a entidade pública.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.096/2009.

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Padre João, relator - Sebastião Costa - Ademir Lucas - Chico Uejo.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.098/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santo Hipólito.

A matéria foi publicada no "Diário do Legislativo" de 17/12/2009 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Vem agora a esta Comissão a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.098/2009 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santo Hipólito.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua Diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Cabe ressaltar que o art. 36 do estatuto constitutivo da instituição determina, no inciso II, que as atividades dos seus Diretores, Conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes não serão remuneradas, sendo-lhes vedado o recebimento de vantagens ou benefícios, a qualquer título; e, no inciso III, que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado ao Conselho Central de Corinto.

Embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei em análise, apresentamos, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao art. 1º, com a finalidade de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.098/2009 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Santo Hipólito, com sede no Município de Santo Hipólito."

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ademir Lucas, relator - Chico Uejo - Padre João - Sebastião Costa.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 4.037/2009

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado José Henrique, a proposição em epígrafe tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo" de 26/11/2009, e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora a proposição a esta Comissão, a fim de ser examinada preliminarmente quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Em 15/12/2009, a relatoria solicitou fosse o projeto baixado em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a fim de que se manifestasse sobre a alienação pretendida.

De posse da resposta, passamos ao exame da matéria.

Fundamentação

Trata o Projeto de Lei nº 4.037/2009 de autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga uma área de 4.175,50m², a ser desmembrada de uma área total de 7.560m², localizada no Município de Tumiritinga, registrada sob o nº 4.403, a fls. 38 do Livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Conselheiro Pena.

O imóvel foi incorporado ao patrimônio do Estado em 1953 por doação de particulares, para a construção de grupo escolar e atualmente abriga a Escola Estadual Luiz de Camões.

O art. 18 da Constituição mineira exige autorização legislativa para a alienação de imóveis públicos. No plano infraconstitucional, o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública, exige, além da referida autorização, a subordinação do contrato ao atendimento do interesse público.

Nesse sentido, o parágrafo único do art. 1º da proposição prevê que a referida área será destinada à construção e instalação de uma creche pré-escolar, o que vem ao encontro do interesse da comunidade do Município de Tumiritinga.

Mesmo sendo o imóvel transferido a outro ente da Federação, o contrato deve ser revestido de garantia, que, no caso em análise, está prevista no art. 2º do projeto, que estabelece o retorno do bem ao patrimônio do doador se, findo o prazo avençado, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.

Ressalte-se que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio da Nota Técnica nº 428/2010, posicionou-se favoravelmente à pretendida transferência de domínio, considerando a inexistência de outros projetos sociais para utilização do imóvel e a importância da instalação de uma creche pré-escolar para o Município de Tumiritinga.

Embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei em análise, apresentamos ao final deste parecer o Substitutivo nº 1, com o objetivo de acrescentar a descrição da área a ser desmembrada para doação.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 4.037/2009 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tumiritinga uma área de 4.175,50m² (quatro mil cento e setenta e cinco vírgula cinquenta metros quadrados), conforme descrição do anexo desta lei, a ser desmembrada de uma área total de 7.560m² (sete mil quinhentos e sessenta metros quadrados), localizada no Município de Tumiritinga, registrada sob o nº 4.403, a fls. 38 do Livro 3-E, no Cartório

de Registro de Imóveis da Comarca de Conselheiro Pena.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o "caput" destina-se a construção e instalação de uma creche pré-escolar.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2010)

A parte do imóvel a ser doada tem a seguinte descrição: inicia-se no ponto 1, na esquina da Rua São Paulo com a Rua Maria Inácio; segue por 58,35m (cinquenta e oito vírgula trinta e cinco metros), confrontando com a Rua São Paulo, até o ponto 2; dali segue por 72,37m (setenta e dois vírgula trinta e sete metros), confrontando com a Rua H, até o ponto 3; dali segue por 58,31m (cinquenta e oito vírgula trinta e um metros), confrontando com a Escola Estadual Luiz de Camões, até o ponto 4; dali segue por 70,49m (setenta vírgula quarenta e nove metros), confrontando com a Rua Maria Inácio, até o ponto 1, onde se inicia essa descrição, perfazendo uma área de 4.175,50m² (quatro mil cento e setenta e cinco vírgula cinquenta metros quadrados).

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ademir Lucas, relator - Chico Uejo - Padre João - Sebastião Costa.

Parecer SOBRE O SUBSTITUTIVO Nº 1 AO Projeto de Lei Nº 2.428/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto em comento acrescenta o art. 11-A à Lei nº 14.185, de 31/1/2002, que dispõe sobre o processo de produção do Queijo Minas Artesanal e dá outras providências.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição. Em seguida, a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial opinou pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.428/2008 na forma original. Incluído na ordem do dia do Plenário, o projeto recebeu, na fase de discussão, o Substitutivo nº 1, de autoria dos Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes e Padre João, o qual vem agora a esta Comissão para receber parecer.

Fundamentação

O projeto em tela pretende incluir na Lei do Queijo Minas Artesanal dispositivo que obrigue o Estado a fazer em cada região produtora um levantamento de processos de fabricação desse produto. A intenção do autor é incentivar o reconhecimento dos processos regionais como patrimônio histórico e promover a demarcação de novas áreas de origem certificadas para o Queijo Minas, contribuindo para a legalização da produção nas áreas hoje não abrangidas pelas regiões de origem já demarcadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG.

A discussão sobre o Queijo Minas Artesanal nesta Comissão é antiga e foi a base para a apresentação do Projeto de Lei nº 1.767/2001, que deu origem à Lei nº 14.185, de 2002, hoje em vias de ser alterada pelo projeto de lei em tela. O texto da Lei do Queijo Minas Artesanal foi construído com a participação das associações de produtores, da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, do Ministério Público Estadual e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. Na mesma época ocorreu a CPI do Preço do Leite, o que comprova a ampla discussão a que foi submetido no segmento leiteiro em Minas.

A referência utilizada para romper a resistência dos órgãos da vigilância sanitária e buscar um caminho específico para Minas Gerais na produção de queijo a partir de leite cru foi a experiência dos queijeiros da França. Esse país comercializa diversos tipos de queijo fino confeccionado com leite sem tratamento térmico, tendo na maturação a chave para o controle sanitário, sem desprezar, naturalmente, a sanidade do rebanho e o controle do processo de fabricação. Convênio entre os governos de Minas e da França para troca de experiências na produção artesanal de queijo contribuiu para a regulamentação e criação do programa de certificação mineiro.

A norma mineira, porém, limitou a certificação às áreas delimitadas em função da identificação do processo histórico. A Lei do Queijo Minas Artesanal assim definiu o produto:

"Art. 1º – É considerado Queijo Minas Artesanal o queijo confeccionado conforme a tradição histórica e cultural da região do Estado onde for produzido, a partir do leite integral de vaca fresco e cru, retirado e beneficiado na propriedade de origem, que apresente consistência firme, cor e sabor próprios, massa uniforme, isenta de corantes e conservantes, com ou sem olhaduras mecânicas."

Ora, ao elaborar essa norma, o legislador mineiro deu um grande passo para preservar uma das mais nobres tradições mineiras, posto que à época a intensa pressão da vigilância sanitária pretendia eliminar a fabricação de queijo de leite cru, e a Lei do Queijo Minas Artesanal viabilizou a produção formal dentro dos limites do Estado e a comercialização intermunicipal. Esse avanço, no entanto, não foi absorvido pelos órgãos federais e, ainda hoje, o produto mineiro não pode ser exportado por não haver suporte legal no nível federal.

Em função do desconhecimento da realidade do setor produtivo, o alcance da norma foi pequeno, tanto pela dificuldade de se comprovar a "tradição histórica e cultural" de cada região, quanto pelo custo de adaptação das fábricas para a conquista da certificação, resultando em número ínfimo de produtores regulares até os dias de hoje, no total de 133.

É necessário registrar que, em audiência pública realizada por esta Comissão em 30/9/2008, o tema foi amplamente debatido e esclarecido pelos convidados. Na época, os então coordenadores do Programa de Melhoria do Queijo Minas Artesanal da Emater afirmaram ter percorrido diversas regiões do Estado e pesquisado o processo de fabricação do queijo, tendo reconhecido as características históricas e a homogeneidade

do processo de fabricação em quatro regiões, o que permitiu caracterizar a identidade do queijo de cada uma delas. São 10 Municípios na região do Serro, 7 na região da Canastra, 10 na região de Araxá e outros 19 na região do Cerrado (Alto Paranaíba e Serra do Salitre). Mais recentemente foi demarcada a região do Campo das Vertentes, acrescentando cerca de 16 outros Municípios. Vê-se, portanto, que apenas em 62 Municípios mineiros é possível aos produtores obter a certificação da produção artesanal de queijo maturado de leite cru, o Queijo Minas Artesanal. O mesmo limite, portanto, se aplica à comercialização formal do produto no Estado.

Nos demais Municípios do Estado só há, hoje, possibilidade de regularidade para os fabricantes que trabalham com o leite "cozido", ou seja, pasteurizado. O cozimento do leite, por sua vez, descaracteriza o Queijo Minas Artesanal, alterando o sabor e a textura e criando, enfim, um outro tipo de queijo, o Queijo Minas Padrão. Esse processo, com leite pasteurizado, foi adotado basicamente por laticínios, restando aos produtores tradicionais a atuação informal na economia. Esse desacerto entre a técnica e a tradição leva a um conflito sistemático entre os órgãos de vigilância sanitária, o IMA, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – e os milhares de produtores tradicionais de queijo. Segundo estimativa da Emater, apresentada em audiência pública, existem cerca de 30.000 produtores de queijo no Estado, estando 9.015 deles nas áreas demarcadas. Apesar de o Programa Queijo Minas Artesanal ser necessário e louvável, é fácil constatar que a situação de exclusão de produtores é predominante sobre o conjunto de produtores legalizados.

O substitutivo em questão propõe a exclusão do critério "tradição histórica e cultural" do conceito de Queijo Minas Artesanal, transferindo esse atributo para um parágrafo único de forma a garantir destaque para o produto das áreas demarcadas com certificação especial e a impressão do nome da região de origem no rótulo.

No nosso entendimento, a medida proposta pelo projeto de lei em comento é de grande alcance econômico e social, pois permitirá que, em qualquer região do Estado, desde que se atenda aos parâmetros legais de sanidade do rebanho, qualidade do processo de confecção e maturação do queijo, reconheça-se e certifique-se a produção do queijo maturado de leite cru. A alteração possibilitará a inclusão de milhares de produtores no mercado formal, sem descaracterizar ou desvalorizar o produto oriundo de áreas demarcadas, que, ao contrário, será destacado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.428/2008, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado em Plenário.

Sala das Comissões, 2 de março de 2010.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Chico Uejo, relator - Domingos Sávio.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/2/2010

O Deputado Zé Maia* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, entre os vários aspectos da Cidade Administrativa Tancredo Neves, que será inaugurada no próximo dia 4 de março, creio que um dos mais relevantes seja a questão da sustentabilidade. A nova sede da administração pública do Estado de Minas Gerais foi pensada e construída com sistemas inteligentes, usando-se as mais modernas tecnologias disponíveis no mercado para economizar recursos naturais. Os construtores se preocuparam, por exemplo, com o uso racional da energia elétrica. Para evitar o desperdício, são usados sensores fotossensíveis, que controlam o acendimento de luzes de acordo com a presença de pessoas no ambiente - se o ambiente estiver vazio, as luzes são automaticamente desligadas, bem como o sistema de refrigeração.

Já os 60 elevadores dos prédios onde ficam as secretarias são controlados por uma central automatizada, que racionaliza o uso de energia de acordo com a demanda. São elevadores inteligentes que, além de economizarem energia, reduzem o número de viagens e contribuem para a organização e redução de filas.

O sistema de ar condicionado da Cidade Administrativa é alimentado por uma central de água gelada com capacidade para gerar 8.000t de ar refrigerado por hora. O sistema permite também o reaproveitamento da água proveniente da refrigeração do ar, evitando o consumo de 55.000 litros de água por dia. Já o gás utilizado para refrigerar a água não agride a camada de ozônio, estando de acordo com as recomendações dos Protocolos de Quioto e de Montreal.

A fachada dos prédios é revestida com vidros laminados duplos, com persiana central entre eles, proporcionando redução de 70% da passagem de calor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, na Cidade Administrativa será usado um sistema de esgotamento sanitário a vácuo, o que proporcionará uma redução de 80% no consumo de água em relação à descarga convencional. Diariamente, ao usar o referido sistema, será feita uma economia de 55.000 litros de água. Outro dado importante sobre o esgoto gerado na nova cidade é que ele será levado à Estação de Tratamento do Onça, contribuindo, assim, para a despoluição do Córrego Floresta, localizado nas proximidades da nova sede administrativa do Estado. Toda a obra foi desenvolvida de forma a evitar o desperdício. A água da chuva, por exemplo, será coletada e canalizada para os dois lagos artificiais que foram construídos no local, e parte dela irá irrigar as áreas verdes.

Ao lado de cada estação de trabalho foram instaladas lixeiras coloridas para a coleta seletiva, o que permitirá a seleção do lixo na origem. Os móveis que serão usados pelos funcionários foram construídos com madeira de reflorestamento certificada pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal. O uso de madeira certificada foi uma das exigências da licitação aberta para a compra dos móveis. Estima-se que, para a produção dos itens mobiliários com madeira certificada para a Cidade Administrativa, foram poupadas mais de 1.450 árvores.

Sr. Presidente, próximo à Cidade Administrativa, foram criados e estão sendo implantados o Parque Estadual Serra Verde e o Parque Linear do Córrego Floresta. O Parque Estadual Serra Verde tem uma área de 1.417.000m², o que faz dele o segundo maior de Belo Horizonte, rico em nascentes, animais e espécies vegetais.

Ao construir a Cidade Administrativa, o governo não se esqueceu também das pessoas com deficiência. Os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos atendem totalmente aos requisitos legais de acessibilidade contidos na legislação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Pisos, rampas, vagas de estacionamento, elevadores, banheiros, espaço para cadeirantes no auditório, tudo foi pensado para facilitar a locomoção de pessoas com algum tipo de deficiência.

O governo de Minas, quando decidiu que a sustentabilidade seria um dos pilares da Cidade Administrativa, não se preocupou unicamente com os cerca de 16.000 mil funcionários que irão trabalhar no local e com as cerca de 5.000 pessoas que passarão por lá todos os dias. Ele se preocupou também com as pessoas que vivem no entorno da nova cidade. Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, prova disso é que o governo fez um estudo para identificar as carências das comunidades vizinhas à nova sede do governo, o qual levou em conta não só a questão ambiental, mas também a dimensão econômica, social e histórica da região.

Há quatro anos são desenvolvidos e implementados pelo governo de Minas vinte programas voltados para o desenvolvimento da região onde está localizada a Cidade Administrativa. Foram realizadas reuniões com a comunidade, a Câmara de Vereadores, a Igreja, as associações comunitárias, e também foi criado o Centro de Referência do Cidadão, que desenvolve ações culturais de comunicação e educação ambiental.

O governo está reformando 20 escolas estaduais, 2 praças, em convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte, 1 campo de futebol e a sede da associação comunitária. No apoio ao desenvolvimento sustentável do Vetor Norte, o Estado criou a agência metropolitana para acompanhar, fiscalizar e normatizar o uso do solo. Uma das preocupações é evitar as ocupações irregulares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, portanto, além da beleza do conjunto projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, da funcionalidade do local, das melhores condições de trabalho para os funcionários, da economia que o Estado fará com a centralização de todos os seus órgãos em um único local e dos melhores serviços que serão prestados aos cidadãos, o governo preocupou-se, ao construir essa nova cidade, que será maior do que uma grande quantidade de Municípios mineiros, com a sustentabilidade, vale dizer, com o respeito ao meio ambiente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente desta reunião, Deputado José Henrique; demais Deputados; senhoras e senhores; imprensa que faz a cobertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa; povo do nosso Estado, nesta tarde, quero tratar de dois assuntos importantes que interferem diretamente na vida da população mineira.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de tecer alguns comentários acerca da situação da saúde pública em nosso país, de maneira muito especial em Minas Gerais. Nessa manhã, tivemos uma reunião muito importante da Comissão de Saúde em que tratamos de um exemplo da difícil situação por que passa a saúde pública. A sociedade de Belo Horizonte se mobilizou para reivindicar o apoio da Assembleia, do governo do Estado, do Secretário Municipal de Saúde, na tentativa de evitar o fechamento das portas do Hospital São Francisco de Assis, em Belo Horizonte, em funcionamento há 73 anos. Estiveram presentes o Dr. José Maria Borges, representando a Secretaria de Saúde do Estado; o Dr. Marcelo Gouvea, representando a Secretaria de Saúde do Município; o Desembargador Caio, do TRT, que teve uma postura corajosa, evitando o leilão de bens do referido Hospital. Sentimos que a situação está chegando a um ponto verdadeiramente insustentável. Praticamente todos os hospitais do País que trabalham exclusivamente pelo SUS não têm condições de continuar com as portas abertas.

Sem dúvida alguma, as tabelas praticadas pelo SUS, quando muito, remuneram em torno de 60% do valor do custo dos tratamentos oferecidos pelos hospitais. Se o hospital gasta R\$1.000,00 com um paciente, ele certamente recebe, no máximo, 60%. E hoje o Hospital São Francisco de Assis mostrou na Comissão de Saúde as dificuldades por que estava passando.

Isso acontece em vários lugares. Montes Claros, por exemplo, é uma cidade-polo com cerca de 400 mil habitantes e tem hoje um movimento de aproximadamente 1 milhão de pessoas. Ela tem 400 mil habitantes, mas, na verdade, tem 1 milhão de habitantes referentes à população flutuante envolvendo todo o Norte de Minas e o Sul da Bahia. E em Montes Claros, já há dois meses, a Santa Casa, seu maior hospital regional, que tem um trabalho grande, não faz cirurgias eletivas devido a um movimento de protesto dos anestesistas. Há 60 dias as pessoas não podem ser operadas de hérnia, vesícula, varizes, amígdalas.

Enfim, o hospital está fechado, portas cerradas para as cirurgias eletivas, pois há praticamente 10 anos não se faz qualquer tipo de remanejamento, mudança, na tabela do SUS, que não atende mais, chegando a, no máximo, 60%. Os hospitais que possuem uma estrutura administrativa melhor estão mais articulados, estão disponibilizando grande parte dos seus leitos, que eram do SUS, para a medicina complementar, para os planos de saúde. Cada vez mais restringe-se o acesso da população a uma medicina moderna, de média e alta complexidades. Entendo que chegou o momento de se fazer um movimento. Não é possível um hospital manter as suas portas abertas com o valor com que o SUS remunera.

Em Minas Gerais o Governador Aécio Neves, entendendo a necessidade de o Estado ser parceiro e ajudar os hospitais filantrópicos, os hospitais públicos, há vários anos instituiu o Pro-Hosp, que é uma ajuda aos hospitais. Só neste ano, o Estado dará uma contribuição complementar, salvo engano, de R\$250.000.000,00, à grande maioria dos hospitais regionais filantrópicos. O Estado tem cumprido o seu papel; não se furtou a ajudar os hospitais a cumprir com os seus papéis. Fora ações como a do hospital de Divinópolis, por intermédio dos Deputados Doutor Rinaldo, membro da Comissão de Saúde, e Domingos Sávio, que apresentaram, reivindicaram e mostraram as dificuldades do hospital, o Estado achou por bem intervir evitando o fechamento de um grande hospital. Isso aconteceu em Divinópolis, Teófilo Ottoni, Januária, Conselheiro Lafaiete e agora em Sabará, por ação do nosso companheiro Deputado Wander Borges, que está lutando por isso.

Além do Pro-Hosp, o Estado tem realizado ações pontuais como essas. Entretanto, em se tratando de governo federal, chegou o momento de grandes movimentos. O primeiro é o governo implementar a Emenda nº 29, que estabelece o custeio da saúde, e rever como situação de emergência as tabelas do SUS, promovendo sua readequação. Há algumas áreas da saúde pública que têm hoje pagamento melhor. Mas, por incrível que pareça, essas áreas são terceirizadas, como a hemodiálise, os procedimentos cardiovasculares e algum outro procedimento que não dê prejuízo. Os hospitais, que têm de pagar impostos, pagar aos funcionários e aos fornecedores, o que demanda uma enorme quantidade de recursos, amargam um prejuízo enorme pela tabela do SUS.

Assim, a Comissão de Saúde iniciará um movimento que, espero, tenha repercussão nacional. Queremos fazer um apelo. Procuraremos a maioria das Assembleias Legislativas do País para iniciarmos nos Estados um movimento de sensibilização do governo federal para implementar a Emenda nº 29 e fazer uma revisão imediata da tabela do SUS, a fim de evitar o enorme prejuízo que amargam nossos hospitais. Espero que em Montes Claros, uma cidade que faz atendimento regional, a situação se normalize, e que o governo do Estado possa, mais uma vez, ajudar a área da saúde pública e os hospitais da cidade. E, assim, possamos ver novamente iniciados os procedimentos cirúrgicos eletivos para que a pessoa que possui apenas o SUS, que não pode pagar um plano de saúde, tenha direito a fazer o tratamento programado e as cirurgias eletivas.

Outro assunto, Sr. Presidente, de que quero tratar se refere a minha região, o Norte de Minas. Esse é um assunto debatido aqui há muitos anos.

Estou nesta Casa há quase 16 anos e não me recordo de ter deixado de subir a esta tribuna um ano sequer para falar sobre a seca que assola o Norte de Minas. Estamos vivendo um momento crítico. Todos os estudos e trabalhos apontam para o fato de que o Norte de Minas, neste ano, terá a pior seca dos últimos 60 anos. Se, nos anos passados, já faltava água para a população e a seca já matava nosso rebanho e acabava com nossas plantações, este ano, Deputado Doutor Rinaldo, ela será a pior dos últimos 60 anos. E lembro que ainda estamos em fevereiro. Nesse mesmo mês, no ano passado, os rios ainda não tinham secado, e ainda não tínhamos problemas de abastecimento, pois o clímax da seca

se dá em agosto e setembro. Estamos ainda no final de fevereiro, e, de acordo com os estudos da Emater, 87% dos rios e córregos do Norte mineiro já secaram; a agricultura de subsistência já tem um prejuízo de cerca de 90% das plantações. Estamos vivendo a seca verde. Quem sobrevoa o Norte de Minas vê as plantações e a mata ainda verdes, mas, no mais tardar em 30 dias, usando a gíria da região, Montes Claros e o Norte de Minas esturricarão.

Recebi um comunicado do Prefeito de Ninheiras, cidade muito bonita e hospitaleira que fica quase na divisa com a Bahia, a 30km de São João do Paraíso. Há 16 dias não vai uma gota de água sequer para o Município. O Prefeito teve que alugar caminhões-pipa, a Copasa nos acudiu enviando mais dois, e a população está comprando tambores de 200 litros e colocando-os nas portas das casas. Se em uma rua da cidade houver 200 casas, haverá 200 tambores de 200 litros. E a Prefeitura busca a água a 40km da cidade para encher esses tambores, a fim de a população, pelo menos, poder fazer sua comida e matar a fome. O que está acontecendo em Ninheiras está acontecendo praticamente em quase todas as cidades norte-mineiras.

No dia 3 de março, teremos uma reunião em caráter de emergência com a bancada do Norte - quero agradecer à Superintendência de Defesa Civil, que disponibilizará todos os seus recursos humanos para nos reunirmos. Apresentaremos, então, uma programação emergencial. Mostraremos, por meio de estudo da Emater, a calamidade que assola o Norte de Minas. Todos os Municípios já decretaram estado de emergência e, agora, partirão para o decreto de calamidade pública, a fim de termos um socorro. Espero que o governo federal socorra a região nas mesmas proporções que o governo estadual, pois, no ano passado, Deputado Wander Borges, o governo federal, por meio do Exército, disponibilizou 80 caminhões-pipa, mas eles só chegaram depois da seca. A burocracia é tão grande, são impostas tantas dificuldades que, quando eles chegam, já começou a chover na região. Portanto, é necessário que o governo federal nos atenda, que o Ministério da Integração Nacional disponibilize toda a estrutura para o Norte de Minas, pois a situação é de calamidade pública.

Quando vemos o mapa do tempo na Rede Globo, na Record, na Alterosa ou no SBT, vemos que está chovendo no Triângulo Mineiro, no Sul de Minas, em São Paulo, mas na área correspondente ao Norte de Minas fica uma faixa amarela, que pega também o Norte do Espírito Santo, entrando para a Bahia e indo até Pernambuco.

É isso o que tem acontecido. Então, Sr. Presidente, quero manifestar a nossa tristeza pela situação de calamidade que o Norte de Minas enfrenta. Quero cumprimentar o Norte mineiro, os Prefeitos norte-mineiros, todos eles, que têm sido guerreiros, pessoas responsáveis, que têm procurado recursos. Porém, muitas vezes não podemos ficar somente na dependência do céu, apelar para São Pedro, fazer promessas, procissões. Enfim, têm de ser tomadas providências, e o governo do Estado mais uma vez sai à frente e está apresentando um plano de emergência, de atendimento à região do Norte de Minas nesta seca que já se iniciou e que será, infelizmente, a maior dos últimos 60 anos para o Norte do Estado.

Por fim, queremos convocar os Deputados para ingressar nessa campanha da Comissão de Saúde. Vamos percorrer todo o território nacional angariando apoio para que o governo efetive a Emenda nº 29 e disponibilize uma melhor tabela do SUS para atender aos nossos já falidos hospitais. Muito obrigado.

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo de Minas Gerais, hoje venho a esta tribuna, infelizmente não para fazer o que gosto sempre de fazer, que é falar de coisas boas, propositivas, de obras, de melhora da condição do povo de Minas Gerais e, particularmente, do Norte do Estado. Acontece que ontem, como quase sempre acontece, aqueles que não têm preocupação com o bem-estar da população do Norte ou do Estado de Minas Gerais, ou que às vezes não conseguem realizar aquilo que se propuseram fazer na campanha política, acabam tentando, ao ficar falando, falando, falando, desviar a opinião pública e assim ir levando, aos trancos e barrancos, os seus mandatos. Ontem, nesta tribuna, o Deputado Paulo Guedes, como sempre, querendo polarizar provavelmente comigo, denunciou-me de estar perseguindo pessoas. Ele me conhece muito pouco. Eu o conheço um pouco mais porque há um rapaz, do Norte de Minas, que foi contratado pelo governo federal para atuar no programa Luz para Todos. E, quando o Deputado Paulo Guedes ficou sabendo que o Paulo Antônio, de Brasília de Minas, havia sido contratado pelo governo federal para ajudar na implantação do Luz para Todos em Minas Gerais, ele comentou o fato com os Deputados, inclusive com alguns do PMDB que estavam aqui. Então, 15 dias depois o rapaz foi demitido. Ele estava fazendo um bom trabalho, e isso aconteceu sumariamente. Entretanto, caros amigos, na cidade de Manga foi feita uma revolução do bem. Hoje não temos mais Prefeitos sendo cassados por improbidade administrativa. A Fundação Nacional da Saúde - Funasa - não tem de estar revendo e enviando ao Ministério Público Federal e também à Polícia Federal as questões de Prefeitos que não executaram determinadas obras. A Câmara Municipal de lá cassou o Prefeito, e o Vice-Prefeito Joaquim, o Quinquinha, assumiu e foi reeleito. Aconteceu que o Deputado Paulo Guedes, um dos mentores da cassação do ex-Prefeito e inimigo do Prefeito anterior, juntou-se a todos eles, montou uma campanha política, escolheu um candidato e colocou o seu irmão como Vice. Porém, mesmo com todo esse povo, ele perdeu a eleição para o Quinquinha, que está fazendo uma boa administração. É lógico que, nos anos anteriores, tivemos muitos problemas, mas as obras estão sendo feitas, como as enormes creches e as reformas de escolas, juntamente com o Governador Aécio Neves. Trata-se de obras importantes, como as de São José das Traíras, que tinham sido prometidas por outros e estão sendo feitas agora, como posto de saúde, praça, asfalto, energia elétrica, ponte, e nos Distritos estradas de melhor qualidade. No entanto, isso é pouco. É sempre pouco. Afinal, o Deputado, que teve 6 mil votos naquela cidade, podia fazer um pouco mais e não apenas ficar contando e falando coisas que não acontecem.

Tenho aqui, nas minhas mãos, o jornal "Folha do Norte" do dia 15/10/2009. Não o trouxe antes para este Plenário por entender que aqui não seja lugar para essas coisas, principalmente porque o jornal diz: (- Lê:): "O Deputado Estadual Paulo Guedes foi denunciado nesta semana ao órgão do Ministério Público Estadual em Manga por utilização indevida de bens públicos em suposto benefício de sua campanha eleitoral antecipada. No sábado, dia 3 de outubro, o parlamentar promoveu reunião política a pretexto de apresentar a prestação de contas do seu mandato no interior do Colégio Sagrada Família. No local funciona núcleo da Universidade do Norte do Paraná, administrado pelo político Henrique Fraga, candidato ligado ao grupo político do Deputado Paulo Guedes e derrotado nas eleições de 2008. Para acomodar seus convidados, o Deputado petista usou dezenas de cadeiras escolares cedidas pela Escola Estadual Presidente Olegário Maciel. O estabelecimento é dirigido por Edineida Mendes Batista, correligionária do Deputado Paulo Guedes. Como não era dia letivo, o empréstimo das cadeiras não chegou a prejudicar os estudantes, mas o caminhão encarregado do transporte acabou derrubando parte do muro da escola. Nem o empréstimo das cadeiras nem a derrubada do muro foram informados à Superintendência Regional de Ensino de Januária, que está subordinada à Escola Presidente Olegário Maciel. A Superintendente de Ensino informou que só tomou conhecimento do fato ao ser ouvida pela reportagem do 'Folha do Norte', e garantiu que vai mandar apurar os fatos e as responsabilidades. Adiantou, entretanto, que a direção da escola tem um ofício encaminhado pela SRE, recomendando evitar envolvimento com política partidária."

É lógico que essa ação está no Ministério Público - que é onde ela deve estar - para apurar se houve culpa ou dolo. Acontece que o jornalista Fábio Oliva, que foi quem fez essa denúncia, também tem a gravação do discurso do Deputado Paulo Guedes, onde ele ataca virulentamente o Governador Aécio Neves em inúmeras manifestações. Essa fita, bem como a transcrição, está à disposição do Ministério Público Estadual.

Isso é um assunto, mas acontece que, mais adiante, também foi feita uma denúncia de que o comércio da cidade estava querendo receber da Escola Olegário Maciel recursos que não estavam sendo pagos pelo governo do Estado. Essa denúncia também foi feita, por escrito, pela ONG do Fábio Oliva, e o governo do Estado mandou apurar, chegando à conclusão de que havia dezenas de milhares de reais de débito com as escolas, e a escola recebe cerca de R\$2.000,00 por mês e tem muitos débitos. De posse do que foi falado pelos comerciantes, e nem todos falaram, o governo do Estado, como acontece em todos os casos, mandou fazer a apuração. Assim sendo, foi publicada no "Minas Gerais" de 19/2/2010 a portaria em que a Superintendência de Januária determina a instauração de sindicância investigatória para apurar prováveis ilícitos administrativos relativos à aplicação e prestação de contas de recursos financeiros gerenciados pela Caixa Escolar Domiciano Pastor Filho, da Escola Estadual Presidente Olegário Maciel, do Município de Manga. Além disso, designa as pessoas que irão fazer essa apuração.

Meus amigos, para poder atender ao aniversário ou a uma reunião política do Deputado Paulo Guedes, agora ele está querendo mudar o perfil da reunião, para uma reunião de uma fundação educacional; o discurso dele é simplesmente para prestar contas do seu mandato e atacar, virulentamente, o Governador Aécio Neves por muitas coisas, até mesmo de forma irresponsável. Venho aqui triste, porque não queria que isso estivesse acontecendo em Manga, que é uma cidade de muita tradição, de um povo bom e trabalhador e de um sistema educacional que, há muito tempo, estava relegado. O Governador Aécio está resgatando, inclusive com a reforma dessa Escola Olegário Maciel, mais de R\$500.000,00 por meio de alguns programas, como o que se refere à aceleração do aprendizado e às escolas de tempo integral. O Governador está fazendo isso não só na Escola Olegário Maciel mas também nas outras escolas de Manga e de toda a jurisdição da Superintendência Regional de Januária. Parece que o Deputado Paulo Guedes veio aqui para tentar desviar um assunto que ninguém havia trazido aqui, já que essa questão ainda está sendo apurada pelo Ministério Público e também pelos órgãos do Estado. O Deputado Paulo Guedes deve ter vindo até aqui porque ficou com a consciência pesada. É bom saber que o Deputado Paulo Guedes tem consciência, porque, no momento em que pede a uma pessoa para usar bens públicos de uma escola para uma reunião política dele, ele sabe o mal que fez para essa pessoa. Isso foi fotografado, visto, gravado e enviado ao Ministério Público. O que queremos é que a apuração realmente seja feita. O que acontece com uma pessoa que está em sindicância é que ela pode ser exonerada, e foi exatamente isso que aconteceu com a Diretora dessa escola. Nem eu nem o Prefeito fizemos reuniões; tampouco pedimos para alguém pegar o material da escola. Também não fomos a nenhum estabelecimento comercial perguntar se a Diretora ou a escola deviam alguma coisa. A consciência do Deputado Paulo Guedes causou esse problema para a Diretora. Nesse caso, ele poderia juntar-se aos seus amigos e à Diretora para pagar essas dívidas que a escola ou a Diretora fez com esses comerciantes, bem como para se retratar e assumir a sua culpa perante o Ministério Público. Provavelmente assim a Diretora estaria livre de quaisquer acusações que lhe foram imputadas e que estão sendo apuradas agora. Além disso, depois que foi instituída essa comissão para apurar os delitos, com a exoneração da Diretora pelo Estado, usaram as crianças. Pegaram as crianças em horário de aula e foram fazer passeata contra o ato do Governador de Minas Gerais, que exonerou uma pessoa para ser investigada. As crianças foram usadas. Isso é outro crime, e cabe ao Ministério Público investigar.

Deputado Paulo Guedes, não quero, de maneira alguma, voltar ao tema. V. Exa. tem seus motivos para polemizar com o Arlen Santiago e com meus amigos, sem sombra de dúvida. Tenho certeza de que o senhor ficou triste porque seu irmão foi candidato a Vice, mas perdeu a eleição. E seu irmão que era Vereador foi candidato a Vereador e não foi reeleito em Manga. Até que é rapaz muito bom. A população talvez tenha rejeitado seu irmão pensando nas promessas que o senhor fez. Seu irmão foi também candidato em São João das Missões, mas também perdeu a eleição. Não culpe Arlen Santiago ou Quinquinha por isso. Procure dentro do seu coração. Se o senhor quiser alguma ajuda para exercer seu mandato, queremos ajudá-lo. Sei que o senhor está sempre onde o Governador Aécio Neves ou o Anastasia estão inaugurando obras no Norte de Minas. O senhor é sempre o primeiro a estar lá, com o rosto atrás, para ver se aparece na televisão. Creio que o senhor poderia realmente estar junto ao governo. Como o senhor falou, na hora em que houver as inaugurações do governo que o senhor defende, o governo do Presidente Lula, que o senhor esteja lá também. Agora fala mal do Aécio Neves e do Anastasia, mas chega perto para ver se encontra as pessoas. E vem para cá falar mal de mim e do Quinquinha. Deputado, pare de falar mal dos outros. Vai trabalhar, Deputado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio* - Sr. Presidente, colegas Deputados e todos que nos acompanham aqui, na Casa do povo mineiro, e que nos assistem pela TV Assembleia, registro nesta tarde, com muita satisfação, que estamos acompanhando os primeiros momentos do funcionamento da nossa Cidade Administrativa Tancredo Neves, construída pelo nosso Governador Aécio Neves. Sem dúvida, é marco histórico, mas, mais do que isso, começa a demonstrar, nos primeiros momentos, o acerto dessa decisão do ponto de vista da funcionalidade, da eficiência e das melhores condições de trabalho para os servidores. Trouxe alguns dados. Normalmente costume fazer meus pronunciamentos sem me valer da leitura, mas são dados relevantes, que mostram o acerto dessa decisão e o tanto que ganha o povo mineiro, de modo especial e, sem dúvida, nossa Capital Belo Horizonte com essa obra, que trará, ao longo de muito tempo, certamente benefícios e melhor atendimento. Isso especialmente ocorre para os servidores públicos.

Começou ontem, dia 22 de fevereiro, o processo de mudança dos servidores públicos para a Cidade Administrativa Tancredo Neves, no Bairro Serra Verde, na região Norte de Belo Horizonte. Quatro órgãos do Estado iniciaram suas atividades naquele local. As Secretarias de Planejamento, de Governo, o Gabinete Militar e o Núcleo do Programa Estudos para Resultado. Isso representa em torno de 1.800 servidores, que já estão trabalhando nessa nova sede do governo de Minas. Em relação a esses primeiros habitantes da nova sede, servidores que para ali foram, tivemos oportunidade de contatar com diversos deles, que tiveram a melhor impressão do local. Não poderia ser diferente. Primeiro não podemos negar que, ao longo de muitos e muitos anos, em razão óbvia do crescimento da estrutura do Estado e do corpo de servidores, foram tornando-se inadequados os locais de trabalho, precários em todos os sentidos. Essa é uma mudança da água para o vinho, é um salto de qualidade enorme sair de condições precárias e ir para um local projetado, adequado, equipado para receber os servidores. A realidade é totalmente diferente nessa nova cidade administrativa. Para se ter ideia, cada servidor tem uma estação de trabalho, ou seja, um local apropriado, adequado, devidamente mobiliado. Cada servidor tem um computador de última geração com todos os demais complementos que requer a modernidade para fazer um serviço de primeira qualidade. Quem ganha com isso? A qualidade final do serviço público e, obviamente, toda a população que depende desse serviço público. Até os dias de hoje a realidade nessas Secretarias, nesses locais, mesmo com todos os avanços da informática e todos os investimentos que já foram feitos, é de no máximo 50% dos servidores terem acesso a um computador e automaticamente à internet, à intranet, a todo um processo moderno e necessário. Não há como imaginar o Estado de hoje voltando àqueles arquivos antigos, àquela quantidade de carimbos, que passaram a transformar-se no símbolo da burocracia, da demora, da inoperância e, às vezes, até da fraude. Hoje o instrumento da informática não é um luxo, mas uma necessidade. E nesse novo Centro Administrativo, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, essa realidade já foi projetada de forma adequada.

Alguns ainda são um pouco pessimistas e insistem na ideia de que a Cidade Administrativa poderá representar um transtorno no deslocamento ou no trânsito, mas, mesmo tendo havido a infeliz coincidência do início do funcionamento - já com 1.800 servidores, da mudança propriamente dita - com o início de uma greve praticamente geral do transporte, não houve absolutamente transtorno ou pelo menos algo relevante em relação a esses servidores, justamente por ter sido tudo planejado, projetado adequadamente. Esses servidores podem utilizar o sistema de metrô e, obviamente, uma integração desse sistema com o serviço de ônibus gratuito levando-os até o local de trabalho de maneira segura, rápida e eficiente. E, mais interessante, por iniciativa dos próprios servidores começa a desenvolver-se - já utilizando a intranet, o contato por meio do computador - uma rede solidária da carona, o que é algo louvável não apenas do ponto de vista da relação humana, mas do ponto de vista ambiental. Já está sendo construída uma rede de solidariedade por milhares de servidores - são 1.800, mas chegaremos a números muito maiores - para revezarem o uso do veículo ou cotizarem o custo do transporte. Por meio da carona poderão deslocar-se diminuindo o número de veículos, a emissão de gases, de CO₂ e, portanto, de poluição, gerando economia, qualidade melhor do ar e trânsito melhor para todos. Alguns podem dizer: "Ah, mas o trânsito aumentará daqui ou dali". É bom lembrar que o trânsito hoje é um inferno na região central e onde está a maioria dos órgãos da administração pública. Obviamente esse deslocamento para uma área mais ampla, por meio da Linha Verde, que foi construída pelo nosso Governador Aécio Neves, estabelece uma nova realidade. É preciso lembrar também que já foram criadas três novas linhas de ônibus para ampliar a opção de transporte dos servidores. São elas as linhas 65 - que liga o Centro à Estação Vilarinho -, 8650 - que liga a Estação São Gabriel à Cidade Administrativa - e 642 - que liga a Estação BHBUS a Venda Nova e à Estação Vilarinho. Lembro ainda que da Estação Vilarinho partem também os ônibus e já a linha 65. Portanto, há outras linhas integradas à região, há uma série de ações bem objetivas em torno do projeto. Alguns, ao perceberem o êxito, começaram a criticar, aliás preocupando-se em insistir, até desta tribuna ou por outros meios, querendo mostrar ao povo mineiro uma situação absurda de que o dinheiro público foi gasto de forma exorbitante. Essa é a oportunidade de verificar como é bom ter um governo competente, eficiente e zeloso com o dinheiro público. Nenhum centavo do Orçamento do Estado foi colocado naquela obra importante, que mudou a realidade de Belo Horizonte, gerou possibilidade de melhorar a qualidade de vida da população do entorno. A região era considerada de baixa renda, com imóveis pouco valorizados, mas que agora começam a se valorizar muito. Além disso, a obra gerou outros instrumentos em serviços públicos, como ampliação do serviço de polícia e de segurança pública, investimentos que geram mais emprego e ampliam a rede hoteleira. Enfim, são vários os benefícios.

Volto ao raciocínio anterior: não foi gasto nenhum centavo do Orçamento público. Algumas pessoas querem simplesmente fazer oposição, às vezes de forma irresponsável, chegando a dizer que o dinheiro poderia ter sido aplicado na saúde ou na educação. Esse dinheiro não é do

Orçamento do Estado. De onde ele veio? Houve alguma mágica? Não. Houve competência administrativa. O governo Aécio Neves conseguiu uma série de ações. Nós, da Assembleia, participamos desse processo. V. Exas. se lembram, Deputado João Leite, que estava aqui no primeiro mandato do Governador e foi Secretário; Deputado Mosconi; Deputado Antônio Genaro, por vários mandatos; Deputado Doutor Rinaldo, meu colega de Divinópolis, sempre ciente de todas as ações do nosso Governador. Todos são testemunhas do que direi. Logo no primeiro mandato, o Governador Aécio Neves estruturou toda a máquina pública e não se esqueceu das empresas estatais. Uma delas foi modernizada, a Codemig, que reuniu a CDI e várias outras pequenas empresas. Era uma salada de pequenas empresas. O Deputado Mosconi fez parte da administração trazendo grande colaboração na área da saúde, mas, como é um estadista, um conhecedor da vida pública, lembra-se bem de que várias empresas davam prejuízos, havia uma grande quantidade de cabide de emprego, disputa de nomeação. Várias empresas tratavam da área de fomento e desenvolvimento econômico, mas, no final das contas, o dinheiro ia para o ralo. Então, o Governador reestruturou a Codemig, empresa estatal que bancou 100% da construção da Cidade Administrativa. Resultado de competência na gestão pública: fazer o que é público dar resultado e fazer o resultado ser revertido em benefício do povo. É isso o que vimos. É um marco histórico na vida de Minas Gerais.

De forma muito justa, homenageamos o nosso eterno Presidente Tancredo Neves, homem que ficou para a nossa história como símbolo da temperança, do entendimento, da tolerância e, ao mesmo tempo, de uma obstinada luta pela democracia do País, pela valorização do jeito mineiro de viver, de ser e de fazer política. Agora, está eternizado através dessa justa homenagem: Cidade Administrativa Tancredo Neves. Não tenho dúvida de dizer que estamos testemunhando a decisão da sua construção pelo Governador Aécio Neves, assim como testemunhamos o esforço feito de forma planejada, competente, buscando um nome que é referência no mundo, nosso compatriota, um orgulho para todos nós brasileiros. Buscaram mais que um cidadão, um exemplo de vida e um grande gênio da arquitetura, Oscar Niemeyer, para elaborar esse que sem dúvida passa a ser um de seus grandiosos projetos. E, mais do que isso, fizeram dessa construção uma referência também na boa gestão, com todos os projetos sendo acompanhados pelo Ministério Público e aprovados na área ambiental; todas as decisões tomadas de forma transparente, parceira e ética com a administração municipal de Belo Horizonte, à época comandada pelo PT, pondo o interesse da população acima de interesse partidário. E aí está o resultado. Já estou concluindo, Sr. Presidente. Tivemos agora todo o desenrolar desse processo. Vimos a Cidade Administrativa ser inaugurada, posta em obra e ação. O povo está colhendo os frutos dessa obra que demonstra que Minas Gerais tem para oferecer ao Brasil um dos maiores estadistas que o nosso povo já conheceu: Aécio Neves. Aliás, esse processo também foi formado e construído com a mesma seriedade a que me referi sobre a história da construção da Cidade Administrativa. Aécio Neves é um homem que, sem dúvida nenhuma, por várias ações assim como essa, escreve uma história que orgulha a todos nós, mineiros, e que certamente passa a ser referência política e de gestão pública para o Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, antes de entrar no assunto central que me traz a esta tribuna, queria tecer dois comentários e apresentar reflexões e até sugestões importantes. Hoje acompanhamos pela imprensa o lançamento ainda informal de um programa de recomposição de perdas do ICMS para 710 Municípios mineiros com população abaixo de 25 mil habitantes por parte do governo do Estado, num valor aproximado de R\$180.000.000,00, com repasses que variam até R\$400.000,00 por Município. Entendemos que é uma medida justa e necessária. É importante que os Municípios, principalmente os menores e das regiões mais pobres do Noroeste, do Norte, do Mucuri e do Jequitinhonha, assim como do Rio Doce, da Zona da Mata, da região central, do Sul e do Triângulo, tenham acesso a esses recursos. Isso é importante, até porque hoje os Municípios arcam com muitas despesas que deveriam ser cobertas pelo governo do Estado, como aluguel de imóveis, financiamento dos policiais, infraestrutura e combustível.

Então, é muito importante descentralizar os recursos para os Municípios. Agora, precisamos de um processo republicano, transparente e desburocratizado em que o recurso chegue diretamente ao Município numa única parcela. Além disso, que o Município tenha a liberdade de aplicar o recurso nas áreas que estiverem, de fato, precisando. Digo isso porque receio que o processo de liberação desses recursos para os Municípios percorra um caminho parecido com o das emendas parlamentares, que são apresentadas dentro da lei e da legitimidade conferida ao Parlamento, mas, muitas vezes, têm uma tramitação excessivamente lenta e burocrática, uma liberação de recurso nem sempre transparente ou nem sempre com a agilidade e o respeito que o Poder Legislativo e os Municípios merecem.

O governo Lula fez a compensação de perdas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - por meio de um processo absolutamente republicano. Calcularam-se quantos Municípios e o valor que eles haviam perdido. Os Municípios tiveram transferência automática; não se precisou de apadrinhamento político, de realizar convênio, de ato público, de coloração partidária. Foi um processo republicano. Estou chamando a atenção para esse fato até porque hoje estamos vivendo em Minas, também com repercussão obviamente nos Municípios e principalmente no País, um processo de constitucionalização, de consolidação de políticas públicas com critérios universais. Estamos discutindo eficiência de gestão, controle de resultados, editais para habilitação de Municípios; estamos construindo mecanismos de políticas públicas.

Gostaria de dizer que, neste momento, mais uma vez, o Bloco PT-PMDB-PCdoB apresentou requerimento para que o governo do Estado explicitasse para esta Casa Legislativa, que é a Casa do povo, é o órgão fiscalizador, quais os critérios desse programa de compensação. Não sei se se é foca, até porque as informações circulam muito, nem sempre de maneira adequada - muitas vezes as pessoas falam em nome de terceiros, em nome de Secretário e do Governador -, mas o fato é que há uma espécie de apadrinhamento informal de repasse de recurso que é compensação de perda decorrente da crise, em função da queda do ICMS. Está havendo uma espécie de apropriação indevida de uma compensação que deve ser republicana. Não é favor do poder público; não pode ser esmola para os Municípios. É direito deles e do cidadão de Minas Gerais ter esse recurso no Tesouro Municipal, no caixa da Prefeitura, para a Prefeitura recuperar estrada vicinal, reformar escola municipal, abrir Centro de Referência da Assistência Social - Cras -, pagar melhor ao servidor público, comprar carro para o Conselho Tutelar. Aplaudimos todos os poderes públicos que estão preocupados com os Municípios, que estão buscando recompor perdas dos Municípios. Mas que essa recomposição seja republicana, que não volte a época do famoso livro de Víctor Nunes Leal, "Coronelismo, enxada e voto", época em que o voto era conquistado por meio de mecanismos de dominação, de controle. Não é justo que isso aconteça no século XXI, num País que está andando para frente, caminhando com soberania, afirmando-se no cenário internacional como grande referência econômica, social, cultural e política.

É muito sério o que estamos dizendo aqui, nós do PT, do PMDB e do PCdoB. Não queremos jogar pedra nem fazer oposição irresponsável. Nossa conduta na Casa Legislativa até hoje, nesses sete anos, foi muito mais de colaboração, obviamente crítica, auxiliando também com nossas ações de fiscalização e de aperfeiçoamento legislativo. Ficamos felizes com o anúncio de que 180 milhões serão destinados aos Municípios mineiros com população abaixo de 25 mil pessoas, com valores escalonados de acordo com o número de habitantes.

Defendemos, em nome dos Municípios de Minas Gerais, que esses recursos sejam repassados em parcela única, sem burocracia e com ampla liberdade de aplicação pelos Prefeitos. Obviamente, sem necessidade de apadrinhamento político e eleitoral por parte de Deputado Estadual ou Federal, Senador, Governador, Presidente da República ou quem quer que seja. Quem deve apropriar-se desse recurso não é o político, mas sim o cidadão que reside nesses Municípios, porque esse dinheiro não é do bolso de político, mas é resultado de imposto pago por cada cidadão em cada canto do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa tem um grande mérito, porque encaminhou, durante todo o ano passado, por meio da Comissão Especial da Crise Econômica, da qual fiz parte, o debate sobre a necessidade de repor as perdas para os Municípios. A Assembleia votou no Orçamento recursos disponíveis para esses Municípios. Por isso essa conquista é de cada um dos Deputados desta Casa Legislativa, que aprovou os recursos necessários, que criou uma comissão especial. Não é o Deputado A na cidade A, como se ele estivesse levando o recurso de bandeja. E, o que é pior, muitas vezes gerando insegurança para aqueles Prefeitos ou Municípios que não têm uma cobertura tão forte de um Deputado majoritário, ou mesmo que é de partido que não seja o do Governador.

Estamos aqui para colaborar, para esclarecer aos Municípios sobre os critérios de agilização desses recursos. E aproveito para, mais uma vez, cobrar do governo do Estado a liberação das emendas parlamentares. Ou é prerrogativa do Parlamento e apresentamos as emendas, ou vamos combinar que não existirá o mecanismo de emenda parlamentar. Ai não será preciso o Prefeito mobilizar seus técnicos, nem assinar convênio, nem sair publicado no Diário Oficial; não será preciso os Deputados deslocarem funcionários para ficar, todos os dias, acompanhando a tramitação de projetos; e não será preciso o Prefeito criar expectativas na comunidade. Mas, já que existe o mecanismo, já que apresentamos emenda, já que a Assembleia aprova a emenda, que é publicada e incluída em restos a pagar, por que não agilizar o pagamento dessas emendas parlamentares? Que se dê uma garantia para esta Assembleia.

Verbalizo uma angústia que não é só dos Deputados da Oposição. Alguns Deputados, talvez com menos acesso ao governo do Estado, estão reclamando pelos corredores, mas não podem vir aqui, nesta tribuna, com a mesma liberdade que temos. Mas eles também estão insatisfeitos com o atraso e a morosidade na liberação. E falo não em defesa corporativa de Deputados, mas dos Municípios. Eu mesmo apresentei emenda para as áreas de saúde, de assistência social e de direitos humanos. Sabemos que temos prioridades nos Municípios, que querem atender melhor os seus cidadãos.

Exponho essas questões muito importantes: agilidade em parcela única e sem apadrinhamento político e eleitoral da compensação de perda para todos os Municípios de Minas Gerais, e o cumprimento das emendas parlamentares do Orçamento, não de 2010, o qual já foi aprovado mas ainda não estamos discutindo, mas do Orçamento que votamos em 2008 e que deveria ser executado em 2010.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte) - Agradeço a oportunidade de apartear-lo durante esse pronunciamento oportuno, no momento em que estamos vivendo essas questões relativas a nossa legislação tributária e ao repasse dessas emendas, ao qual todos temos direito.

Quanto à questão dos Prefeitos, ouvi com muita atenção o pronunciamento de V. Exa., como sempre faço.

A questão é muito ampla: os Prefeitos de todo o Brasil, não só os de Minas Gerais, vivem uma situação de total penúria, porque nossa legislação tributária, absolutamente centralizadora, infelizmente não os favorece. Aliás, lamentavelmente, o Brasil é um país centralizador. Nos últimos tempos, poderíamos ter avançado nesse ponto fazendo a reforma tributária, que, aliás, já está há anos no Congresso. Mas o Congresso não consegue aprovar em termos definitivos uma reforma que já foi aprovada no Senado. Ou seja, não há por parte do governo nenhum interesse na modificação do repasse de recursos nas três esferas, já que o governo federal fica com 70% dos tributos do País, enquanto os governos estaduais ficam com 20% e os municipais apenas com 10%. E é nos Municípios que as coisas acontecem e o dinheiro é gasto; é nos Municípios que a população mais necessita de recursos. Mas os Municípios só recebem 10%. Essa é uma situação injusta, que precisa ser modificada. De sua parte, o Governador Aécio Neves tem pregado, por todos os cantos do País, uma reforma tributária e uma revisão do pacto federativo, que possa até justificar que se dê o nome de Federação ao nosso país.

Em relação às emendas, caro Deputado André Quintão, quero dizer a V. Exa. que em Minas Gerais o tratamento é diferente do que é dado em Brasília, onde os Deputados da Oposição sequer fazem emendas, porque sabem que não têm direito, que não recebem emenda alguma. Conheço muitos dos Deputados da Oposição e sei que não recebem a emenda. Aliás, a própria imprensa mineira noticiou outro dia que só recebem de acordo com o voto; se não votarem com o governo, adeus emenda. Essa é a realidade que a imprensa nacional expõe sobre Brasília, e isso não é apenas do meu conhecimento, mas de todo o Brasil. V. Exa. reclama que não recebeu emendas, mas eu também não recebi; ou seja, nós, da Situação, também não recebemos. E consideramos que isso é um avanço para nós; é um acordo, um compromisso desta Casa, que, felizmente, tem tido palavra - nossas lideranças, aqui, têm tomado essas posições e têm cumprido esse compromisso. Então, se V. Exa. não recebeu, não é por ser da Oposição, mas porque aqui ninguém recebeu.

Era isso o que eu gostaria de expor, apenas no intuito de trazer minha colaboração ao importante pronunciamento que V. Exa. faz nesta tarde. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Discordando um pouco da fala do Deputado Carlos Mosconi, penso que a realidade em Brasília é muito diferente: o governo federal tem tratado não só os Deputados, mas todos os Prefeitos e Governadores com igualdade. Não há perseguição a ninguém nem a nenhuma prefeitura ou Estado, ao contrário do que acontecia na época do Fernando Henrique, que deixou Minas Gerais a pão e água. Se tiverem dúvida, podem perguntar à bancada federal de Minas Gerais ligada ao Governador, que não é da base. Podem chamar aqui os Deputados Humberto Souto e Nárcio Rodrigues, por exemplo. Se quiserem, pego a relação de pagamento de emendas individuais nos últimos oito anos do governo federal: tenho certeza de que nunca houve retaliação a qualquer Deputado, a qualquer parlamentar; lá são pagos 100%. O que pode acontecer, ocasionalmente, é que alguma Prefeitura tenha um problema para receber o recurso, ou pode haver um problema no cálculo. Mas as emendas são todas pagas, até mesmo, Deputado André Quintão, as emendas de bancada - para o Minas Sem Fome, para a saúde etc. -, como bem sabe o Deputado Nárcio Rodrigues, coordenador da bancada junto ao governo do Estado. O ex-Secretário de Saúde Marcus Pestana acabou de receber uma emenda de bancada federal, que representou o atendimento de todos os Deputados Federais pelo governo. Ou seja, o que se disse não é verdade. A verdade é que estamos sendo perseguidos aqui, porque foram feitos vários acordos com a bancada da Oposição, mas o governo não cumpriu nenhum deles, deixando o seu Líder nesta Casa em dificuldades. O Deputado Mauri Torres não merece o que o governo está fazendo com ele, deixando que ele empenhe sua palavra, que depois passa a não valer mais nada nesta Casa. O governo não pode fazer isso com o seu Líder nesta Casa.

O Deputado André Quintão* - Como meu tempo já se esgotou, agradeço aos Deputados. Para respeitar o Regimento, deixo para concluir no próximo pronunciamento. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia; boa-tarde. Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer uma homenagem póstuma a um grande cidadão de Poços de Caldas, que infelizmente faleceu no último dia 11, causando uma tristeza muito grande, profunda, nas pessoas dessa cidade. Trata-se do Sr. Agostinho Loyola Junqueira, personalidade ilustre de Poços de Caldas, membro de uma família muito tradicional. Viveu toda a sua vida nessa cidade e faleceu aos 79 anos depois de uma vida profícua em benefício dos seus conterrâneos, da sua cidade, da sua família, que ele prezou muito, e de seus amigos.

Toda a cidade de Poços de Caldas tinha-o como um grande amigo. A sua vida profícua, Sr. Presidente, traduziu-se nas várias posições que ele ocupou durante a sua existência, como Vereador e Prefeito, por duas vezes, de Poços de Caldas. Durante as suas duas administrações, criou instituições que permanecem na cidade até hoje, dando a Poços de Caldas um diferencial em relação às demais cidades de seu porte, fazendo dela uma cidade "sui generis" sob certos aspectos. Isso graças em grande parte às iniciativas do Sr. Agostinho Loyola Junqueira.

E dou como exemplo disso, Sr. Presidente, a implantação do Departamento Municipal de Eletricidade, que persiste até hoje e é um exemplo para o País. Trata-se de uma autarquia responsável pela geração e distribuição de energia no Município, fazendo tudo isso de forma absolutamente exemplar. É uma instituição muito eficiente, que já extrapolou os limites do Município de Poços de Caldas e até de Minas Gerais, associando-se a grandes companhias brasileiras na busca de geração de energia fora do nosso Estado, com sociedades em Santa Catarina, Goiás e outras regiões. Ele criou também, Sr. Presidente, o Departamento Municipal de Água e Esgoto, que existe até os dias de hoje, prestando um serviço inestimável à população da cidade e tratando com muita qualidade, zelo, cuidado e enorme eficiência a água do Município. Agora esse Departamento está entrando no setor de esgoto de forma mais expressiva. Sendo assim, Poços de Caldas, primeiro IDH

de Minas Gerais, deve muito às iniciativas do Sr. Agostinho Loyola Junqueira, que lamentavelmente faleceu recentemente. Em uma iniciativa que considero "sui generis", ele criou também uma Faculdade Municipal de Filosofia, que persistiu durante muitos anos. Depois, vieram as faculdades de Ciências e Letras, de Administração e de Engenharia, tudo isso como autarquia municipal de ensino, portanto quase uma universidade municipal, algo inédito no País. Essas faculdades depois foram encampadas pela PUC, graças a um trabalho do Município. Elas existem até hoje em razão das grandes sementes plantadas pela administração tão benéfica do Sr. Agostinho Loyola Junqueira. Sobretudo, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar uma qualidade desse político - e, no Brasil, precisamos fazer essas ressalvas, que considero fundamentais. No momento em que o Brasil se vê às voltas com a corrupção na política, atividade que fica, então, desacreditada - e todos lamentamos o que tem acontecido por aí -, o Sr. Agostinho Loyola Junqueira foi um homem de uma correção absoluta, ímpar; um homem que orgulhou a cidade por sua conduta de honradez, dignidade e absoluta honestidade, o que toda a cidade reconheceu durante a sua vida. Portanto, venho aqui para lamentar a perda de um grande cidadão, mas tenho a satisfação de poder fazer esses elogios tão merecidos por esse senhor, que, sem dúvida alguma, marcou a vida política e social de Poços de Caldas de forma indelével.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de manifestar aqui que, nos últimos dias, precisamente em 22 de fevereiro, comemorou-se o aniversário de minha cidade, Andradas. São 120 anos de existência de uma cidade extremamente progressista, muito interessante, acolhedora, com um povo trabalhador e com características "sui generis". Ela fica em uma posição geográfica muito interessante e bonita, aos pés do Planalto de Poços de Caldas, aos pés daquelas serras que enfeitam de maneira muito peculiar seus horizontes. Estive lá, participando das comemorações de aniversário, junto com o povo, as autoridades, o Prefeito Ademir Peres, o Vereador Fernando Peres, Presidente da Câmara, e o Deputado Federal Geraldo Thadeu, e pude ver a alegria do povo da cidade, que se caracteriza pelo desenvolvimento em diversas áreas, tanto na rural quanto na industrial, o que faz com que tenha uma boa renda "per capita" e um dos primeiros IDHs do Estado.

Com muita satisfação, faço tal apresentação, cumprimento e parabenizo os meus conterrâneos da querida cidade de Andradas.

Finalmente, Sr. Presidente, comunico a esta Casa que estive, no último domingo, em Munhoz, no Sul de Minas. Estive lá acompanhando nosso Vice-Governador, Prof. Antonio Augusto Anastasia, que ali esteve para verificar "in loco" tragédia ocorrida naquele Município, nessas últimas semanas. Munhoz é cidade que fica ao pé de bonita montanha do Sul de Minas e que se destaca muito na produção de batata. Tem povo muito trabalhador, operoso, hospitaleiro, que se viu às voltas com duas tempestades absolutamente inéditas. A primeira ocorreu há dois meses e arrebentou pontes, casas e deixou problema muito grande na praça principal da cidade. Veio outra chuva e acabou de destruir tudo por onde passavam três rios que se juntam em um só. Então estávamos às voltas com as possíveis iniciativas para recuperação da cidade. Realmente foi destruição, lamentavelmente muito forte, que penalizou as pessoas, derrubou inúmeras casas às margens dos rios e dentro da cidade, derrubou seis pontes, dentro e fora da cidade, e também destruiu a praça principal. O rio que passa no meio da praça era totalmente canalizado por tubulões, ou seja, não era visível, mas agora a praça foi toda arrebentada pela fúria das águas da última chuva.

O Prof. Antonio Anastasia esteve lá para verificar "in loco" a dimensão do estrago e também para conversar com o Prefeito, com as autoridades da cidade e com o povo, assim como para manifestar sua solidariedade. Era domingo, e o povo estava todo reunido na praça principal da cidade. Vários outros Prefeitos da região ali também se encontravam. O Prof. Anastasia ficou totalmente sensibilizado com o que viu, e as providências necessárias para os reparos a serem feitos foram tomadas depois de reunião de trabalho com o Prefeito e com toda a equipe da Prefeitura, na sala do Prefeito, naquele mesmo momento. O Prefeito havia se preparado para receber o Vice-Governador e apresentar-lhe as informações necessárias, assim como os projetos para restauração e reconstrução das pontes que foram destruídas, além do esboço de projeto para restauração e reconstrução da praça principal da cidade. O professor naturalmente manifestou não só sua solidariedade, mas sua disposição em viabilizar recursos para a recuperação da cidade; manifestou que, tão logo chegasse a Belo Horizonte, faria a tramitação dos documentos e dos projetos e o repasse de recursos a fim de que o Prefeito iniciasse imediatamente as obras para a recuperação de Munhoz.

Então, Sr. Presidente, trata-se de registro que eu gostaria de fazer para mostrar a eficiência do governo de Minas Gerais. O Vice-Governador esteve lá. Mesmo com a agenda toda tomada, ele foi lá. Num domingo à tarde, deixou seu merecido descanso para ir lá manifestar sua total solidariedade ao povo de Munhoz e sua disposição em encaminhar solução rápida para reconstrução do que foi destruído. Portanto, Sr. Presidente, manifesto isso aqui e cumprimento o Prof. Anastasia pela sua disposição em atender a solicitações que lhe chegam, pela disposição de ir a cidades conversar com Prefeitos, dar atenção aos Vereadores e ao povo, como o fez em Munhoz, deixando a certeza de que o que foi destruído será, o mais rápido possível, reconstruído pela eficiência do governo de Minas Gerais e pela ação muito forte do Vice-Governador Antonio Anastasia. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes* - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades de Minas Gerais.

Sr. Presidente, volto a esta tribuna porque há pouco estava participando de uma audiência na Conab, onde reivindicávamos solução para o grande problema que vem atingindo o Norte de Minas. Pelo que tudo indica, teremos um sofrimento ainda maior na região com os efeitos da estiagem prolongada. A agricultura familiar e os produtores da região estão praticamente perdendo todas as suas lavouras. Por esse motivo, estávamos na Conab com o Superintendente com o intuito de procurar medidas emergenciais, como a distribuição de cestas básicas e de sementes, da mesma forma como também fazemos gestões junto ao DNOCS, à Codevasf e ao governo federal para socorrer o Norte de Minas, pois, com certeza, este ano será um dos mais difíceis. Pelo menos é o que tudo indica agora, pois estamos há quase 60 dias sem chuva na região.

Enquanto eu estava na Conab, meu colega Deputado Arlen Santiago usou esta tribuna para rebater uma fala que fiz aqui ontem em defesa da Diretora Edineida Mendes Batista, da Escola Estadual Presidente Olegário Maciel, da cidade de Manga. Essa Diretora foi exonerada sem nenhum processo administrativo, sem nenhum direito de defesa e sem nenhuma acusação formal. Isso surpreendeu não só a mim, mas a muitos desta Casa, pois esse negócio de trocar Diretora e demitir Diretora é do tempo da ditadura militar. Na verdade, nem a ditadura militar ousou tanto a ponto de demitir uma pessoa sem nenhuma justificativa. A única justificativa plausível que estamos procurando entender agora é que, se esse foi o critério adotado pelo governo para demitir diretoria de escola, realmente estamos no fim do mundo.

No ano passado houve uma reunião em Manga e todos os Diretores de escola foram convocados. Estava presente na reunião a Superintendente de Ensino de Januária - que responde pela região -, além do Prefeito de Manga e do Deputado Arlen Santiago. Todos os Diretores foram convocados e, de certa forma, intimados a participar dessa reunião. Ficou claro que todos os Diretores tinham de trabalhar para fazer campanha para o Deputado Arlen Santiago. A única Diretora que não foi à reunião foi a Diretora Edineida, e estou achando que esse seja o motivo da sua demissão. Então, se esse é o motivo e se esse é o critério, acredito que esta Casa tem de tomar providências, sim. É por isso que já aprovamos hoje requerimento para a realização de uma audiência pública na Comissão de Educação. Vamos convocar a Superintendente, a Diretora exonerada e a Secretária de Educação para debater, porque, senão, voltaremos aqui ao tempo da Idade da Pedra, e isso ninguém quer mais. Essa política feita no Norte de Minas pela base do governo, principalmente por ser liderada pelo Deputado Arlen Santiago, é um absurdo.

Não podemos admitir que isso continue acontecendo na nossa região. Demitir professora era algo que acontecia nos governos de que não temos saudade alguma. Portanto, quero falar ao Deputado Arlen Santiago, que usou a tribuna de forma muito grosseira quando se dirigiu à minha pessoa, inclusive encerrando seu discurso me mandando trabalhar. Não preciso do recado dele para trabalhar, porque trabalho todos os dias. Trabalho nesta Casa, trabalho na minha região e trabalho incansavelmente para fazer a defesa do Norte de Minas, em benefício dos produtores, da agricultura familiar e da região que está excluída do calendário de investimentos do governo. Nossa região é tratada de forma diferenciada, para pior. Somos diferenciados na exclusão. Exclusão dos benefícios e dos investimentos. É região para a qual o governo só manda o que é ruim: laboratório do IEF para perseguir nossos produtores rurais, DER para perseguir taxistas e balanças nas estradas para

perseguir produtores. Digo isso porque, no Triângulo Mineiro, não há balança nem fiscalização do DER. Só existe fiscalização na região mais pobre, e a fiscalização deveria estar nas regiões mais ricas, onde o movimento é maior e onde as estradas estragam mais. Deputado Arlen Santiago, V. Exa não precisa me mandar trabalhar porque já nasci trabalhando, ao contrário de V. Exa., que nasceu em berço de ouro. Não tenho vergonha alguma das minhas origens, de ser filho de trabalhador rural, de ter ralado na vida para chegar até aqui. Não pararemos por aí. Pode ter certeza, Deputado, que seu recado será entendido de outra forma, porque continuaremos trabalhando sim, mas não porque o senhor está pedindo. Trabalhamos, e a população conhece nosso trabalho. Trabalho de forma diferenciada, com coração e com amor, e não com esse espírito que está impregnado em V. Exa., que é o espírito da perseguição. V. Exa. tem mania de perseguir companheiros, amigos. Aliás, todos os dias, V. Exa. está futricando nas lideranças, inclusive entre seus colegas Deputados, provocando desavenças. V. Exa. trabalha para isso, mas eu não: trabalho atendendo minha região. Graças a Deus, tenho ótimo relacionamento com todos os outros colegas de bancada, inclusive com a bancada do Norte de Minas. Não tenho problema com ninguém, nem com o senhor, porque, para mim, isso também faz parte do processo democrático, mas realmente minha forma de trabalhar é muito diferente da de V. Exa.

Não persigo ninguém, muito menos Diretora de escola. Isso é o fim da picada; é voltar à época de Newton Cardoso, da ditadura militar, ou seja, à Idade da Pedra. Não admitimos que se demita Diretora de escola porque não foi à sua reunião, e o governo precisa dar resposta a esta Casa em relação a isso. Convocamos audiência pública na Assembleia para debater esse assunto, a fim de que o governo volte atrás na sua decisão, antidemocrática e antipática, de demitir Diretora.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Sem querer entrar no mérito desse problema, gostaria de dizer que V. Exa. é Deputado que tem feito bom trabalho pela região. Da mesma forma, também respeitamos muito o Deputado Arlen Santiago.

Quero passar algumas informações que tivemos desse episódio de Manga. Para quem não conhece, Manga é uma das últimas fronteiras de Minas Gerais. É cidade muito importante para o Estado e possui trabalho muito grande, voltado principalmente para a agropecuária; cidade de enorme cultura, enfim, importantíssima para nosso Estado.

Realmente, esse fato ocorreu lá, envolvendo a Diretora da escola, por sinal eu a conheço muito bem. Trata-se de uma pessoa cujo valor posso testemunhar. É casada com um grande amigo, o Dr. Helder, pessoa que respeito demais. Infelizmente, episódios iguais a esse temos de evitar de todas as formas. A educação tem de ter de nossa parte um respeito muito grande. Ela deve ser intocável. Já se foi o tempo em que Deputado interferia na escolha de uma Diretora ou na nomeação de um policial militar. Esse tempo já acabou. A população hoje tem de participar democraticamente da escolha das Diretoras.

Ela era uma Diretora que foi votada e teve o apoio incondicional da população. Esse episódio gerou um mal-estar muito grande. Tanto é que a escolha da nova Diretora foi feita com o apoio da Diretora exonerada. O Prof. Anastasia não deve ter sido inteirado do assunto. Aliás, recebemos um documento encadernado muito grande mostrando a manifestação da população de Manga, que não comungou com esse pensamento e já não aceita nenhum tipo de interferência.

Deputado Paulo, entendo que temos de procurar de todas as maneiras conduzir o nosso trabalho. Vamos voltar ao trabalho em nossa região. Há muita coisa a ser trabalhada. Isso é muito importante. Lamento profundamente esse fato ocorrido em Manga. Espero que isso não volte a ocorrer. Há pouco tempo, Manga foi vítima de um assalto em que os bandidos foram para a praça pública disparar tiros de metralhadora para o ar. Temos de dar segurança ao povo de Manga, oferecer educação e saúde de qualidade.

Em Manga há um hospital - Fundação de Amparo ao Homem do Campo -, tenho minha história anexada a história desse hospital, que pegamos sucateado e transformamos em um grande hospital. Em Manga já não existe lugar para ações dessa natureza. Temos de respeitar a democracia, principalmente a opinião pública.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Continue. Sou testemunha de que V. Exa. tem realizado um bom trabalho. Espero que V. Exa. possa levar a cabo o seu trabalho e volte para esta Casa, porque é um valoroso Deputado, imprescindível para o processo de desenvolvimento democrático e social do Norte de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta, pelas palavras, e por dar aqui também o seu testemunho. V. Exa. sempre foi votado na cidade de Manga, aliás, creio que foi majoritário lá por três mandatos e conhece de perto a Diretora Edneida, que já é Diretora por 16 anos, tendo sido sempre eleita por unanimidade pela comunidade escolar. Trata-se de pessoa respeitada e tem o respaldo de toda a sociedade. Ela é queridíssima na cidade, mas de repente foi exonerada sem nenhum processo. Nem ela sabe o motivo da exoneração. Ela não foi comunicada. Não houve abertura de nenhum processo. Não foi feito nada. Chegou simplesmente a comunicação de que ela havia sido exonerada.

Coincidentemente, isso ocorreu ao mesmo tempo que houve esses fatos que narrei no início da minha fala. De não ter ido à reunião do Deputado, de não ser do mesmo grupo político do Prefeito. Enfim, essas coisas já não fazem parte de nosso país. Graças a Deus, nosso país está seguindo outro rumo. O Brasil está crescendo, sendo respeitado no mundo inteiro, tem um Presidente que é o orgulho do povo brasileiro pela sua simplicidade, pelo seu jeito de ser, que não persegue ninguém e trata todos os Governadores e Prefeitos com o mesmo respeito. Todos os seus programas são feitos de modo universal para atender a todas as classes. Todo o mundo está satisfeito com o Presidente Lula, com o rumo que o Brasil está tomando. No entanto, aqui em Minas Gerais voltamos à contramão da história, ao viver essa politicazinha barata até de Deputado interferir em eleição de diretoria de escola, de pedir demissão de Diretor de Escola, porque não foi a uma reunião. Não admitimos isso. Essa Casa não pode se calar diante de tal absurdo.

Portanto, Deputado Arlen Santiago, apesar de todo o respeito que tenho pela sua pessoa - e sei que V. Exa. também tem seus méritos -, encerro meu pronunciamento dizendo que, neste caso, V. Exa. deveria rever sua posição. Deveria ir até o Anastasia e dizer-lhe que cometeu um erro gravíssimo. Demitir uma Diretora de Escola? Está ficando antipática essa política. Voltar atrás também não é feio. Volte atrás em sua decisão, que foi impensada, burocrática e antidemocrática. Perseguir uma Diretora de Escola é ferir o sentimento de uma comunidade, Deputado Arlen Santiago. Portanto está em tempo ainda. Vá ao Vice-Governador, a quem V. Exa. pediu para exonerá-la, para que ele, no mínimo, examine o processo e procure ver se realmente há algo contra a Diretora - porque não há -, a fim de desfazer esse erro gravíssimo, que é voltar ao passado, à idade da pedra, à ditadura militar, coisas que já esquecemos, pois estamos avançando por outro caminho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, pessoas que me acompanham da galeria ou pela TV Assembleia e, de modo muito especial, servidores públicos do Estado de Minas Gerais, tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.070/2009, que garante o prêmio por produtividade. O governo já vem, desde o ano passado, alardeando que ele se equipara ao 14º salário. O que está claro para nós é que, em primeiro lugar, esse prêmio não é uma garantia para todos os servidores. Nenhum servidor saberá, de fato, qual valor receberá. A expectativa pode ser totalmente frustrada. Outro ponto - que é o mais grave - é que devemos garantir para o servidor uma remuneração mensal digna, de forma que possa fazer um planejamento de sua vida, sabendo com clareza qual a sua receita, para assim definir suas despesas. Essa deve ser a lógica. Afirmo, aliás, de antemão, que de forma alguma votaremos contra o projeto, mas nosso entendimento é de que se trata de um equívoco. Se queremos fortalecer o Estado e, portanto, ver os servidores públicos felizes, orgulhosos do seu trabalho e de serem servidores públicos do Estado de

Minas Gerais, devemos investir na carreira deles. Por quê? Além desses pontos que coloquei, não é garantida a produtividade aos pensionistas e aposentados. Deduz-se que os pensionistas têm despesas a mais, pois há as questões de saúde em jogo, o que os faz depender de medicamentos. Justamente nessa situação, não é assegurado a eles esse valor. Quanto aos aposentados, é justamente nesse momento da vida que o rendimento deles cai. Também, às vezes, têm mais despesas por causa da idade. Além disso, têm maior disponibilidade para viver mais intensamente a vida com lazer, viagens, o que é justo, é um direito do cidadão. Entretanto, também não lhes é garantido esse valor.

Esses são os equívocos que vemos nesse Projeto de Lei nº 4.070/2009, do qual votaremos a favor. O governo não respeita o servidor público, que não é sua prioridade. O que será de um Estado se os seus servidores não têm autoestima elevada? De fato, são eles que representam o Estado em todas as áreas, mas nem sequer têm remuneração justa. É vergonhosa a situação de muitos servidores, sobretudo na área da saúde, da educação e da defesa social. A remuneração está abaixo do salário mínimo. Dependendo da situação, podem receber o pó de giz, outra gratificação ou penduricalhos quando estão na ativa, mas perdem-nos ao se aposentarem. Na verdade, o que precisam é de salário todos os meses. O prêmio por produtividade só é concedido uma vez ao ano, de acordo com o desempenho, com a produção, como diz a própria expressão.

Queremos assegurar aos servidores que estamos com eles, queremos o melhor para eles, mas temos de unir todas as forças para exigir desse governo que garanta uma justa remuneração todos os meses e ao longo de toda a vida, seja para os que estão na ativa, seja para os que se aposentaram.

É interessante porque um dos Deputados que nos antecedeu na tribuna só faltou dizer que a Cidade Administrativa é o paraíso terrestre, que quase 2 mil servidores já estão lá desde ontem, todos satisfeitos. Isso não condiz com a realidade. Eles iniciaram o trabalho ontem porque no dia anterior não foi possível. A própria Secretaria gastou quase duas horas para chegar ao local, onde havia barulho e poeira, o elevador não funcionava, enfim, havia uma série de transtornos. É um absurdo colocar os trabalhadores num espaço que não está pronto, apenas para ostentar a vaidade do Governador de fazer a inauguração semana que vem, por ocasião do aniversário da morte do seu avô. Isso é forçar uma situação, sacrificar os servidores públicos mais uma vez. O transporte ainda não está assegurado. Dizem que houve opção de redução da jornada de trabalho, o que não está tão claro. Qual será o impacto? A remuneração também será alterada? Isso pode afetar a avaliação de desempenho e a produtividade? Falta, pois, transparência nos procedimentos.

A comunidade vizinha também foi sacrificada. Há pessoas que pagavam aluguel de R\$300,00 na região. Ao vencer seu contrato, tiveram o aluguel reajustado para R\$700,00 ou R\$900,00. Aí, dizem: "Isso é bom, porque valorizou". Valorizou de forma discriminatória, porque o rendimento total dessas pessoas, sobretudo se forem servidoras das áreas da saúde e da educação, às vezes é de 500 e poucos reais. Então, como pagarão aluguel de R\$700,00 ou R\$900,00? Estão excluindo os pobres. Em razão da alta valorização na região, muitos não poderão pagar o aluguel, que deu esse grande salto.

Outra questão séria é que o foco da Cidade Administrativa não é garantir bem-estar e condições dignas de trabalho para o servidor, como foi dito pelo Deputado. O servidor que trabalha aqui na região, por exemplo, na Secretaria de Ação Social, pode conciliar ida ao médico, ao salão de beleza ou a uma loja no horário de almoço. Lá, está tudo concentrado. As áreas de conveniência estão todas concentradas. Vejam bem o que está acontecendo. O governo licitou todas essas áreas, estipulando o pagamento. Qual é o custo do metro quadrado? Apenas duas empresas venceram. Há exemplo concreto que nos chegou também como denúncia, em área bem específica: salão de beleza. Para salão de beleza, está estipulado no edital o preço de R\$40,00 por metro quadrado. A empresa que venceu está cobrando para quem irá montá-lo o equivalente a R\$160,00 por metro quadrado. E aí? Para sobreviver lá, quem utilizar esse salão terá de cobrar caríssimo, muito acima do preço de mercado na região central. As pessoas que administrarão essas áreas serão as mesmas que administram "shopping centers" daqui. É bom dizer que se está equiparando área pública com preços bem mais elevados que os de "shopping centers", ou seja, de igual para mais caro. No "shopping", o administrador tem uma série de despesas, por exemplo, com segurança. Lá, não, pois há esta mistura com o serviço público, ou seja, em área em que poderia estar bem mais em conta, o serviço estará além. Este é o paraíso terrestre a que se referiu aqui um dos Deputados, dizendo que todos os servidores estão satisfeitos. Como, se gastarão mais de 1 hora? Se gastarão mais tempo justamente na ida e na volta do trabalho, no horário de pico? Então, isso não corresponde mais para o servidor público que sai de carro, deixa seu filho na creche ou na escola e vem para o trabalho. Se quiser chegar no horário certo, o servidor terá de sair bem mais cedo. Do contrário, deixará o filho na rua ou à porta do colégio? Portanto, é muito transtorno, sim, na vida dos servidores. Infelizmente, essas adequações ainda não foram feitas.

A Assembleia não pode se omitir neste processo. Desde o ano passado, temos tentado resolver isso. Realizamos audiência pública e solicitamos visita técnica, que deveria ter sido feita no ano passado, mas não foi. Então, mais uma vez, faço apelo à Comissão de Administração Pública. Quando querem reunião de comissão, quando há interesse do governo, fazem quatro, cinco reuniões na semana, como aconteceu agora com a Comissão de Administração Pública. Entretanto, a visita técnica - requerida por este Deputado desde o ano passado - não foi viabilizada. É uma vergonha precisar sair um grupo de Deputados não institucionalmente para ouvir "in loco" os servidores sobre as suas condições de trabalho. Não acredito em Estado que não respeita o servidor. O Estado é todo esse conjunto de serviços que atende a vida do cidadão como um todo - moradia, saúde, educação, situação social, segurança - e deve garantir qualidade de vida para todos. E isso só é possível por meio de seus servidores, que só serão eficientes se forem respeitados, o que inclui desde justa remuneração até dignas condições de trabalho. Essa é minha consideração, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, demais Deputados, imprensa, senhoras e senhores, vimos hoje à tribuna inicialmente para recuperar um assunto que parece estar sendo, mais uma vez, esquecido pelo conjunto da sociedade: a duplicação da BR-381 no trecho Belo Horizonte-Valadares, sobretudo Belo Horizonte-João Monlevade. Domingo próximo passado tive a oportunidade, ao passar na região dos Kms 11, 12 e 13, de participar, em um calor de quase 38 graus, de um congestionamento de algo em torno de 10km, tendo em vista que no Km 18 ocorreu um acidente fatal, o que se repete semanalmente. Sempre há alguns artigos que se referem à imprudência dos motoristas. É óbvio, público e notório que existe excesso, mas há de se ressaltar também que o traçado da BR é extremamente ultrapassado para os veículos que estão sendo construídos atualmente, que têm tecnologia de ponta e atingem maior velocidade. Enfim, há de se considerar que a BR continua sendo a que mata, a que ceifa vidas, a que traz sequelas e a que traumatiza o povo brasileiro e, em especial, o povo mineiro. Fica aqui nosso protesto para trazer novamente esse assunto à baila porque, da forma que está indo, acreditamos que só ocorrerão obras ali por volta do ano de 2012. Mas, como sonhar não é impossível, continuaremos sonhando para que a duplicação se torne realidade.

Outro assunto, Sr. Presidente, é que nesta segunda-feira tivemos oportunidade de receber na cidade histórica de Borba Gato o Sr. Aécio Neves, Governador do Estado. Há de se ressaltar que, se voltarmos na história, a maioria das cidades brasileiras e sobretudo mineiras foram erguidas inicialmente ao longo dos rios, que naquela época eram navegáveis e, posteriormente, onde existia linha férrea, pelo patrocínio da massa falida da antiga Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima, que fez história neste país e empregou milhares de pessoas. Ali surgiu, pelos anos de 1945, o hospital que, à época, era destinado ao atendimento das pessoas com hanseníase, a lepra.

Esse hospital, por muitos anos, atendeu o conjunto da sociedade mineira das cidades vizinhas, fazendo o tratamento desse tipo de doença. Há mais ou menos 20 anos, ele continuou prestando serviços, mas sem encontrar um foco definido de atendimento, haja vista todas as dificuldades. Para se ter uma ideia, um aparelho de raios X foi comprado pelo ex-Presidente da República Tancredo Neves e nem saiu da embalagem. Isso aconteceu pelas diversas dificuldades do SUS brasileiro, sobretudo, pela baixa remuneração. Se o hospital gasta R\$1.000,00 com um doente, o SUS repõe apenas R\$600,00.

Tivemos a oportunidade de encontrar um destino para o Hospital Cristiano Machado. O número de cirurgias de média e baixa complexidade represadas neste país é de deixar assustado o povo brasileiro. Na região metropolitana, e isso inclui Belo Horizonte, há fila de espera para cerca de 50 mil cirurgias: de estômago, de tireóide, de próstata, de mama, as mais diversas. Conseguimos, depois de muita luta, com uma grande

organização institucional, fazer um encaminhamento com a rede Fhemig, que é responsável pelos hospitais do Estado de Minas Gerais, e com a Fupec, que tem à frente um dos grandes cirurgiões do País e do Estado, nosso companheiro Dr. Alcino Lázaro, do Hospital das Clínicas.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Gostaria de parabenizar os policiais militares e bombeiros, que irão se reunir, neste exato momento, com o Presidente da Assembleia, com o Líder do governo e com todos os representantes das associações, para entregar um documento, fazendo um apelo ao Governador para que cumpra o que foi prometido: que, no final do governo, ele deixaria a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e as forças de segurança com um dos melhores salários do País. Infelizmente, isso não está acontecendo. Os policiais no nosso Estado têm uma das menores remunerações do País. Em Sergipe, o salário inicial do soldado é de R\$2.500,00. Sergipe tem um PIB de R\$15.000.000.000,00, enquanto o PIB de Minas Gerais é de R\$215.000.000.000,00, ou seja, um dos menores Estados da Federação paga muito mais do que Minas Gerais. Eles estão protestando e dizem que irão paralisar se for quebrada a paridade, não reconhecendo o valor de quem já se aposentou, dos pensionistas e dos policiais que não estão na ativa. Parabenizo a categoria. Obrigado.

O Deputado Wander Borges - Na realidade, o que vemos nesse assunto é a necessidade de organização em torno da PEC nº 300, que está em Brasília. Esse é o desafio maior.

Saindo do foco do hospital, vemos que de cada R\$1.000,00 que se arrecada, R\$700,00 vão para a mão do governo federal e R\$300,00 são divididos entre Estados e Municípios. Então, pela minha avaliação, é preciso criar um fundo para equilibrar o salário dos policiais, da ativa ou aposentados, no País. Mas, para isso, precisa-se do recurso, que está no caixa do governo federal. Essa é a grande dificuldade. Do total do bolo tributário, o Ministério Público pega X; a Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional pegam Y; o Tribunal de Justiça pega Z; o Tribunal de Contas, do Estado ou da União, pega W; e o que sobra é para manter o Executivo da forma como é mantido hoje. A discussão tem de ser ampliada, considerando-se o que foi dito aqui pelo Deputado Carlos Mosconi: é preciso haver um redimensionamento da produção, da riqueza que vem do suor do povo brasileiro, no que se refere à distribuição da receita tributária. Esse é o maior desafio do Brasil para que possamos ter uma remuneração digna não só em Minas Gerais, mas em todos os Estados brasileiros. É inadmissível o que acontece hoje. A partir da Constituição de 1988, houve uma concentração absoluta de recursos na mão do governo federal - fui Prefeito e falo isso com propriedade. Houve agora uma isenção de IPI para a compra de veículos, com o que todos ficamos satisfeitos. Mas de onde saiu essa redução, essa desoneração? O FPM, o recurso que a maioria das Prefeituras brasileiras recebem, e que têm como riqueza para a produção de qualidade de vida para o seu povo, é composto pelo IPI e pelo Imposto de Renda. Assim, ao se reduzir o IPI, acerta-se uma parte e desarranja-se a outra; de um lado, arruma-se a produção, mas provoca-se o desemprego no poder público municipal e diminuiu-se a capacidade de trabalho.

Voltarei a abordar esse assunto com mais técnica, para mostrar ao pessoal que a solução é a Proposta de Emenda à Constituição nº 300. Não há outra. Esse é o encaminhamento que temos de fazer. A discussão política está posta, e temos de caminhar nela, porque em política tudo é uma construção. Não acreditamos em solução imediata; temos de ir construindo, organizando e conversando, para chegar aos objetivos e às necessidades de cada categoria.

Volto a falar do hospital, em que foram investidos praticamente R\$5.000.000,00. Vejamos o que acontece quando um cidadão vai a um posto de saúde do SUS. O sujeito é examinado e são pedidos a ele os exames; há um prazo entre o dia em que foi examinado e o dia para quando é marcado o seu retorno, com o resultado dos exames. Se, de acordo com os exames, constata-se a necessidade de uma cirurgia, pedem-lhe que faça exames relacionados ao risco cirúrgico. Quando o cidadão vai fazer esses exames, o médico diz a ele que é preciso fazer outros exames. Instala-se um ciclo vicioso. Assim, não apenas na Região Metropolitana de Belo Horizonte nem apenas em Minas, mas em todo o Brasil, há hoje pessoas que estão esperando, há três ou quatro anos, para fazer uma cirurgia de média complexidade. Algumas já morreram, porque, se a doença é sanável em um primeiro momento, progride depois para uma situação muito mais difícil. Quem não tem um plano de saúde específico sabe desse martírio a que nos referimos. Esse hospital, a duras penas - com o apoio do governo, a que realmente temos de agradecer o investimento na reforma, na ampliação e na construção do bloco cirúrgico -, vai fazer uma média de 160 cirurgias programadas. O Deputado Doutor Viana é médico e sabe do que estou falando. E estamos acertando o fluxo para que o sujeito saia do posto de saúde, faça os exames e, em seguida, já faça os exames relacionados ao risco cirúrgico - os médicos são preceptores da Rede Fhemig, a que agradecemos, e residentes contratados pela Prefeitura Municipal de Sabará. Já nesse primeiro momento, teremos a oportunidade de diminuir esse represamento, e acreditamos que poderemos chegar, quando a coisa estiver engrenada, a algo em torno de 2.400 cirurgias por mês nas áreas de urologia, ginecologia e cirurgia plástica - não a estética, para deixar alguém bonito, mas aquela para dar ao sujeito condição de ter uma vida melhor.

Com isso, iremos realmente diminuir o represamento. Acredito também que, com a iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte de construir o Hospital do Barreiro, conjugaremos esforços. Algumas coisas podem esperar, como o concreto, o asfalto, o cimento, a areia, a puxada da casa, o aumento do barraco, a melhoria no banheiro ou na cozinha, a varanda para o churrasco. Mas a questão da saúde é muito séria. Em primeiro lugar, é preciso haver um realinhamento da tabela SUS e, em segundo lugar, que seja efetivada a Emenda Constitucional nº 29. Os hospitais realizam muitas cirurgias, tais como na vesícula, intestino, estômago, vias biliares, pâncreas, esôfago, tireoide, hérnia, cirurgias ginecológicas, retiradas de útero, ovário, próstata ou mama. Buscamos a organização de um hospital que hoje conta com 53 leitos, sendo que 26 destes destinam-se ao recebimento de doentes de longa permanência, ou seja, doentes que sofreram traumas e foram encaminhados ao pronto-socorro - a maioria deles é encaminhada para lá. Em média, são feitos diariamente 400 atendimentos no pronto-socorro de Belo Horizonte. Os pacientes geralmente precisam de um espaço de longa permanência em função da seqüela sofrida. Ao transferir 26 leitos para Sabará, poderemos melhorar o atendimento do pronto-socorro de Belo Horizonte, pois uma ala não será ocupada com o doente de longa permanência, que requer um tratamento adequado, porém não tão sofisticado quanto aquele que sofreu um acidente de motocicleta, carro ou qualquer outro veículo. E há outros 27 leitos, dos quais 4 serão destinados aos hansenianos e os 23 restantes ao pós-anestésico e ao preparo das pessoas que passarão pelas cirurgias a que me referi há pouco.

Temos de agradecer e nos preparar. Em Ibirité, por exemplo, 1.200 pessoas esperam por uma operação; em Sabará, são 814; já em Belo Horizonte, a média é de 50.000 pessoas. De 2009 a janeiro deste ano, nas cidades com 100.000 habitantes, há, em média, 500 pessoas aguardando alguma cirurgia.

Como meu tempo já se esgotou - e agradeço a compreensão do Sr. Presidente -, voltarei a esta tribuna em outra ocasião para tratar desse assunto, pois a questão da saúde é muito séria e requer um carinho especial de todas as autoridades. Agradeço ao governo do Estado, enfim, agradeço o carinho do Governador Aécio Neves que, depois de mais de 20 anos, deu um tratamento adequado a esse hospital, beneficiando não só a população de Sabará como também de toda a região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/3/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Geraldo Hélio Lara do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;

exonerando Juarez de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Manoel de Jesus da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Ricardo Augusto de Resende Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Geraldo Hélio Lara para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Glauco Rabelo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;

nomeando Manoel de Jesus da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Ricardo Augusto de Resende Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando, a partir de 2/3/10, Márcio Cesar Martins do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Gilson Pereira Simões para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ruy Muniz

exonerando Maria Helena Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Fernanda Rocha Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando Fortunato Francisco de Aquino do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Fortunato Francisco de Aquino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2010

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 17/3/2010, às 14h15min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação de empresa para o fornecimento de livros à Biblioteca Deputado Camilo Prates, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, BH - MG, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 2 de março de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.